NOTAS EXPLICATIVAS

1.	INFORMAÇÕES GERAIS	2
2.	RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	2
3.	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	14
4.	CONTAS A RECEBER	14
5.	ESTOQUES	15
6.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR	15
7.	DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR	16
8.	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS	18
9.	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	
	CRÉDITOS ELETROBRÁS	
11.	PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	22
12.	INVESTIMENTOS	23
13.	IMOBILIZADO	24
	INTANGÍVEIS	
15.	FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS	28
	SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES	
	OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA	
	PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS	30
19.	CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS	
RES	ULTADOS	33
20.	RECEITAS	37
	CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	
	RESULTADO FINANCEIRO	
	OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS	
	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO	
25.	RESULTADO POR AÇÃO	40
	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO	
	TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA	
	COBERTURA DE SEGUROS	
	COMPROMISSOS	
	INSTRUMENTOS FINANCEIROS	44
31.	INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO	
	ERIOR	
32.	GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO	46
33.	EVENTOS SUBSEQUENTES	50

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tupy S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente, "Companhia" ou "Consolidado") possuem atuação nacional e internacional na atividade de fundição de ferro, especialmente em blocos e cabeçotes de motor. Atuando nos segmentos de transporte, infraestrutura e agricultura (blocos, cabeçotes e peças) e de hidráulica (conexões e perfis), conta com diversificada base de clientes nos continentes americano, europeu e asiático. A Companhia possui plantas industriais no Brasil, em Joinville-SC e Mauá-SP (apenas acabamento), e no México, nas cidades de Saltillo e Ramos Arizpe. Além das plantas industriais, a Controladora possui escritórios no exterior atuando na logística, comercialização e assistência técnica.

A Tupy S.A. é uma sociedade anônima, com sede em Joinville-SC, registrada na Bolsa de Valores de São Paulo ("BOVESPA": TUPY3) e listada no Novo Mercado da B3 (antiga BM&FBOVESPA).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 14 de março de 2019.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia, foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis — CPC e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards — IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board — IASB, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

2.2 Consolidação

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia detém o controle e são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia perder o controle. Nesta situação, na data da perda de controle é dada a baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as controladas consolidadas são:

		Participação (*)	Moeda funcional	Localização da sede
ontroladas Diretas				
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	(a)	100,00	Dólar	México
Technocast, S.A. de C.V.	(a)	100,00	Dólar	México
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	(b)	100,00	Dólar	México
Tupy American Foundry Corporation	(c)	100,00	Dólar	EUA
Tupy Europe GmbH	(c)	100,00	Euro	Alemanha
Tupy Overseas S.A.	(d)	100,00	Dólar	Luxemburgo
Tupy American Iron & Alloys Corporation	(e)	100,00	Dólar	EUA
Tupy Agroenergética Ltda.	(f)	100,00	Reais	Brasil
Sociedade Técnica de Fundições Gerais SA Sofunge "em liquidação"	(g)	100,00	Reais	Brasil

Controlada Indireta				
Diesel Servicios Industriales, S.A. de C.V.	(b)	100,00	Dólar	México

^(*) Participação no capital social e no capital votante.

Principais atividades das empresas controladas:

- (a) Plantas industriais voltadas ao segmento de transporte, infraestrutura e agricultura;
- (b) Prestadora de serviços industriais para controladas no México;
- (c) Sociedades no exterior, funcionando como extensão das atividades do Brasil e atuando na logística, comercialização e assistência técnica do segmento de transporte, infraestrutura e agricultura;
- (d) Sociedade no exterior constituída com o intuito de possibilitar a emissão de títulos de dívida no mercado internacional.
- (e) Sociedade no exterior que funcionou como extensão das atividades do Brasil para o segmento de hidráulico e que se encontra sem atividade atualmente.
- (f) Sociedade que atuou com atividades de reflorestamento e que se encontra sem atividade atualmente.
- (g) Sociedade em processo de liquidação, sem atividade atualmente.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Controladora.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais, resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado financeiro como variações monetárias e cambiais líquidas. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como outras receitas (despesas) operacionais líquidas.

As variações cambiais dos títulos monetários em moeda estrangeira classificados pelo custo amortizado são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários estão incluídas na conta ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido até a alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado. Encargos e efeitos tributários atribuídos à variação cambial nesses empréstimos são também reconhecidos no patrimônio líquido.

c. Controladas com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades Consolidadas (nenhuma das quais têm moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado s\(\tilde{a}\)o convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço.
- As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias.
- Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda estrangeira designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram

registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda da venda.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas esse período, ou também em períodos posteriores, se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros. A seguir são apresentados os principais julgamentos:

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece nas demonstrações financeiras o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos, provenientes de prejuízo fiscal e/ou diferenças temporárias. É registrada uma provisão para perda de ativos fiscais quando a capacidade de recuperação destes ativos não for provável.

A determinação da provisão para imposto de renda ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, preços, custos operacionais e outros gastos.

b. Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia reconhece a depreciação de seu ativo imobilizado com base em vida útil estimada, a qual é revisada anualmente, que está conforme as práticas da indústria e experiência prévia, e refletem a vida econômica do ativo imobilizado. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada planta industrial. As vidas úteis do ativo imobilizado também afetam os testes de recuperação, quando necessário.

A Companhia não acredita que existam indicativos de alterações materiais nas estimativas e premissas usadas na determinação da vida útil estimada.

c. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

A Companhia testa anualmente seus ativos intangíveis e outros ativos de longo prazo sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados, estimados para serem gerados por tais ativos, são menores do que os valores contábeis desses itens.

As estimativas de fluxo de caixa baseiam-se nos resultados históricos ajustados para refletir a melhor estimativa de mercado e condições operacionais da Companhia. As estimativas dos

valores reais utilizadas pela Companhia para calcular a perda por redução do valor de recuperação, se houver, representam a melhor estimativa com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. A perda por redução do valor de recuperação também pode ocorrer quando decidimos alienar ativos.

d. Provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas

As provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas são registradas somente quando a possibilidade de desembolsos ou perda em demandas judiciais forem consideradas prováveis pela Administração da Companhia em conjunto com seus consultores jurídicos. O registro de provisões de contingências ocorre quando o valor da perda puder ser razoavelmente estimado. Por sua natureza, as contingências serão resolvidas quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia, o que dificulta a realização de estimativas precisas acerca da data em que tais eventos serão verificados. Avaliar tais passivos, particularmente no incerto ambiente legal brasileiro, bem como em outras jurisdições envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

e. Eletrobrás

O direito, transitado em julgado, perante a Eletrobrás é mantido pelo valor atualizado na data do balanço de acordo com critérios e premissas determinados em decisão judicial irrevogável. O referido direito possui derivativo embutido oriundo de opção de realização do crédito, parcial ou total, em dinheiro ou em ações da Eletrobrás, a critério da Eletrobrás, ajustados a valor justo, para que reflita o menor e mais provável valor de realização em favor da Companhia.

2.5 Políticas contábeis especificas da Companhia

a. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estando sujeita a insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As condições de rentabilidade dessas aplicações estão apresentadas na nota 3.

b. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição e/ou produção, considerando o método de absorção total de custos industriais, ajustado ao valor realizável líquido, quando aplicável.

A análise para a constituição de provisão considera a aplicabilidade, a capacidade de recuperação, realização e sinais de obsolescência. Tais provisões são revisadas e ajustadas a cada data base de apresentação das demonstrações financeiras.

c. Ferramentais

Referem-se a ferramentais em produção para atender contratos com clientes. São avaliados pelo custo de aquisição e construção, deduzido de provisão para ajuste aos prováveis valores de

realização, quando aplicável. Tais ferramentais estão suportados por contrato de comodato, para serem utilizados no processo produtivo e são faturados mediante aceite dos clientes.

d. Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(i) Reconhecimento e mensuração

As classificações dos ativos financeiros são baseadas no modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos nas características dos fluxos de caixa contratuais, sendo classificados conforme segue:

- Instrumentos de dívida mensurados a custo amortizado ("CA");
- Instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA");
- Instrumentos de dívida, derivativos, instrumentos de patrimônio e instrumentos de dívida mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR");

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, outros empréstimos e recebíveis e são classificados na categoria de ativo financeiros ao custo amortizado.

(ii) Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ao custo amortizado

Devem ser mensurados ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- (a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e
- (b) os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.
 - Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Devem ser mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se ambas as seguintes condições forem atendidas:

(a) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

(b) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Ao valor justo por meio do resultado

O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(v) <u>Desreconhecimento</u>

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

(vi) Instrumentos financeiros derivativos e hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos ZCC – zero cost collar e hedge de investimento líquido no exterior para administrar sua exposição às taxas de câmbio.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza operações de derivativos financeiros "ZCC" como instrumento para minimizar os riscos decorrentes de variação sobre sua receita operacional.

Os instrumentos derivativos financeiros contratados pela Companhia, são classificados como derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado e, dessa forma, todas as variações

no valor justo de qualquer um desses instrumentos financeiros derivativos são reconhecidas imediatamente no resultado financeiro.

O valor justo total de um instrumento financeiro derivativo é classificado como não circulante, quando o vencimento do contrato for superior a 12 meses.

Hedge de investimento líquido no exterior

A Companhia designa empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira como instrumento de *hedge* para proteção do risco de variação cambial proveniente de investimentos mantidos pela Companhia no exterior oriundos da conversão dos referidos investimentos para moeda de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia.

No início de cada operação a Companhia documenta:

- a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge;
- os objetivos da gestão de risco;
- a estratégia para a realização da contabilidade de hedge;
- a avaliação de que os instrumentos de *hedge* usados nas operações são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo dos itens protegidos por *hedge*.

A parcela efetiva do ganho ou perda de um instrumento de *hedge* designado e qualificado como *hedge* de investimento líquido no exterior é reconhecida no patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro da Companhia. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta de ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido estão demonstradas na nota 31.

Os ganhos e as perdas acumulados no patrimônio são incluídos na demonstração do resultado quando a operação no exterior for parcial ou integralmente alienada ou vendida.

e. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquidos dos custos incorridos na transação e demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e os valores de liquidação é reconhecida na demonstração de resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa de juros efetiva. (nota 15)

f. Passivos financeiros

São classificados, como reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de *hedge*, conforme o caso. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram adquiridos.

(i) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período. Estão aqui

classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e títulos a pagar e outros.

(ii) Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia avaliou os três aspectos da norma e não identificou impactos significativos nas suas demonstrações financeiras.

g. Benefícios a empregados

A Companhia possui planos de benefícios definidos para os empregados do México que são financiados por pagamentos determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui plano de contribuição definida para os empregados no Brasil.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrerem. Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

Com relação ao plano de contribuição definida, no Brasil, a Companhia faz contribuições para plano de seguro de pensão privado de forma contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois de que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

h. Adiantamentos de clientes

Referem-se a adiantamentos de recursos para a construção de ferramentais que serão utilizados no processo produtivo. São registrados pelos valores contratados e atualizados pela variação cambial quando aplicável e liquidados quando do faturamento do objeto da transação. A receita proveniente do adiantamento de clientes é reconhecida quando da conclusão da construção de ferramentais e com a aprovação do ferramental pelo cliente.

i. Remuneração com base em ações

A Companhia possui plano de remuneração com base em ações para Administradores. A parte da remuneração variável desses Administradores é liquidada através da emissão de instrumentos de patrimônio líquido. O valor justo dos serviços, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas.

O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas.

j. Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

k. Receitas

A adoção do IFRS 15 não trouxe impactos em relação à época do reconhecimento da receita de contratos com clientes, bem como sua mensuração, apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras. Os impactos observados estão relacionados à revisão de documentos internos e a criação e/ou alteração de procedimentos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados de acordo com a norma. As receitas são apresentadas líquidas dos tributos e dos descontos incidentes. Os impostos sobre vendas são reconhecidos quando as vendas são faturadas, e os descontos sobre vendas quando concedidos. As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando o valor das vendas é mensurável de forma confiável, a Companhia não detém mais controle sobre a mercadoria vendida ou qualquer outra responsabilidade relacionada à propriedade desta, os custos incorridos ou que serão incorridos em respeito a transação podem ser mensurados de maneira confiável, é provável que os benefícios econômicos serão recebidos pela Companhia e os riscos e os benefícios dos produtos foram integralmente transferidos ao comprador.

I. Impostos indiretos

As receitas são reconhecidas líquidas dos impostos. De igual forma, as aquisições de mercadorias, de serviços, de ativos e as despesas também são reconhecidas líquidas dos impostos, excetuando as situações em que, nas aquisições, os impostos não forem passíveis de crédito, hipótese em que tais impostos são reconhecidos como parte do custo de aquisição da mercadoria, do serviço, do ativo e da despesa, conforme o caso.

O valor dos impostos incidentes nas vendas e nas aquisições são incluídos como componente dos valores a receber ou pagar no balanço da Companhia.

O valor dos impostos, após sua apuração, (contrapondo os créditos pelas aquisições e os débitos pelas saídas), apresentarão saldo recuperável ou a pagar, e são apresentados respectivamente, como ativos ou passivos, no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Tributos	Alíquota (%)
PIS	Programa de Integração Social	1,65
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	7,60
ICMS	Imposto Sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços	0 a 17
ISS	Imposto Sobre Serviços	5,00
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados	0 a 15
IVA	Imposto sobre valor agregado	16,00

Esses encargos estão deduzidos da receita líquida na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são apresentados deduzidos do custo dos serviços prestados na demonstração do resultado.

m. Informação por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos, com dois segmentos operacionais sujeitos à divulgação de informações:

- Segmento transporte, infraestrutura e agricultura
- Segmento hidráulico

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho. O desempenho dos segmentos é avaliado com base no EBITDA em conjunto com o lucro ou prejuízo operacional, que, em alguns casos, é medido de forma diferente do lucro ou prejuízo operacional das demonstrações financeiras consolidadas.

Os financiamentos da Companhia (incluindo receita e despesa de financiamentos) e impostos sobre o lucro são administrados no âmbito da Companhia, não sendo alocados aos segmentos operacionais.

Receitas financeiras e custos financeiros, além de ganhos e perdas a valor justo sobre ativos financeiros, não são alocados a segmentos individuais, uma vez que instrumentos subjacentes são administrados de forma agrupada.

Impostos correntes, impostos diferidos e determinados ativos e passivos financeiros não são alocados a esses segmentos, uma vez que também são administrados de forma agrupada.

Dispêndios de capital consistem em adições de imobilizado, ativos intangíveis e propriedades para investimento, incluindo ativos originados da aquisição de subsidiárias.

2.6 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

As alterações das normas existentes listadas a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para períodos contábeis subsequentes e a Companhia irá adotá-las na data efetiva requerida.

a. IFRS 16 – Operações de arrendamento mercantil

A partir de 1º de janeiro de 2019, referida norma substituirá a norma anterior de arrendamento mercantil, IAS 17 / CPC 06 (R1) e interpretações relacionadas. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos, onde os arrendatários serão requeridos a reconhecer, na data de início de um arrendamento, um

passivo de arrendamento refletindo os futuros pagamentos e um "direito de uso de um ativo" durante o prazo do arrendamento, para praticamente todos os contratos de arrendamento, com exceção de certos contratos de curto prazo e contratos de ativos de baixo valor. Para os arrendadores, o tratamento contábil permanece praticamente o mesmo, com a classificação dos arrendamentos como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros, e a contabilização desses dois tipos de contratos de arrendamento de forma diferente. Os arrendatários também devem reconhecer de forma separada, as despesas com juros e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso.

A Companhia adotará o CPC 06 (R2) prospectivamente, optando por utilizar as isenções propostas pela norma para contratos de arrendamento cujo prazo se encerre em 12 meses a partir da data da adoção inicial, e contratos de arrendamento cujo ativo objeto seja de baixo valor.

A Companhia realizou, no decorrer do ano de 2018, avaliação detalhada do impacto do CPC 06 (R2), sob os contratos de arrendamento. Os impactos esperados da adoção do CPC 06 (R2) são os seguintes:

	Controladora	Consolidado
Ativo		
Direito de uso do imobilizado	11.074	24.347
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.074	24.347
Passivo		
Obrigações de arrendamento	11.074	24.347
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.074	24.347

b. Interpretação IFRIC 23 – Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente ao ICPC 22) trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32 — Tributos sobre o lucro) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos.

Tratamento tributário incerto é qualquer procedimento contábil ou fiscal, adotado pela Companhia na apuração dos tributos sobre o lucro que se questionado pelo fisco, poderá sofrer alterações de valor.

Nessa circunstância, a empresa deverá mensurar e reconhecer o imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, que se refere ao valor que possa ser questionado pelo fisco.

A Companhia considera que a aplicação desta interpretação não terá impacto na posição patrimonial e financeira e no resultado.

Não existem outras normas, alterações de normas e interpretações que ainda não estão em vigor, e que a Companhia espera ter um impacto material em suas demonstrações financeiras.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controlad	Controladora		ado
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Caixa e bancos no país	2.412	5.791	2.455	6.138
Aplicações financeiras no país	282.533	637.502	282.751	637.502
Aplicações financeiras no exterior	43.405	24.534	428.527	221.728
	328.350	667.827	713.733	865.368

As aplicações financeiras apresentadas como caixa e equivalentes de caixa são títulos de liquidez imediata e representam risco insignificante de mudança de valor. No país as aplicações são remuneradas pela variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, com taxa média equivalente de 6,48% ao ano (10,20% em 31 de dezembro de 2017). No exterior as aplicações são predominantemente em Dólar norte americano (US\$) e remunerados pela taxa média de 1,62% ao ano (1,17% ao ano em 31 de dezembro de 2017) denominadas time deposit e overnight.

A redução apresentada no período deve-se, substancialmente, a liquidação de contratos de empréstimos e financiamentos classificados no curto prazo. (nota 15)

A Companhia opera com instituições de primeira linha conforme detalhado na nota 32.1.

4. CONTAS A RECEBER

Os valores a receber de clientes, indicados por mercado e por prazo de recebimento, estão refletidos abaixo:

	Controladora		Consolida	ado
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Mercado interno	99.015	89.596	99.015	89.596
Mercado externo	230.324	191.010	591.421	485.856
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(296)	(393)	(1.941)	(2.359)
	329.043	280.213	688.495	573.093

	Controladora		Consolid	ado
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
A vencer até 30 dias	151.664	110.765	386.231	295.935
A vencer de 31 a 60 dias	93.397	72.313	159.461	174.621
A vencer acima de 61 dias	64.896	77.293	35.751	45.550
Total A Vencer	309.957	260.371	581.443	516.106
Vencidas até 30 dias	4.660	9.104	79.286	39.632
Vencidas de 31 a 60 dias	1.949	1.772	16.960	3.762
Vencidas acima de 61 dias	12.773	9.359	12.747	15.952
Total Vencidas	19.382	20.235	108.993	59.346
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(296)	(393)	(1.941)	(2.359)
Total	329.043	280.213	688.495	573.093

O saldo de contas a receber do mercado interno é denominado em Real e do mercado externo predominantemente em Dólar norte americano (US\$).

A variação das contas a receber decorre, substancialmente, da desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano (US\$) que passou de 3,3080 em 31 de dezembro de 2017 para 3,8748 em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, houve renegociações comerciais com alongamento de prazo.

O montante de contas a receber da Controladora, no mercado externo, inclui valores referentes a partes relacionadas que são eliminados na consolidação, no montante de R\$118.980 (R\$77.213 em 31 de dezembro de 2017). (nota 9)

A Companhia realiza análise qualitativa dos principais clientes e quantitativa da carteira de títulos a receber para determinar a provisão para perdas em recebíveis, que apresentou a seguinte movimentação:

	Controlad	Controladora		do
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Saldo inicial	(393)	(95)	(2.359)	(1.491)
Adições	(561)	(754)	(663)	(5.802)
Reversões	521	298	748	4.197
Baixas(*)	137	158	333	737
Saldo final	(296)	(393)	(1.941)	(2.359)

^(*) Contas a receber de clientes baixadas durante o exercício como incobráveis

5. ESTOQUES

	Controladora		Consolidado		
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	
Produtos acabados	74.713	79.390	167.520	152.241	
Produtos em elaboração	63.929	59.937	127.034	105.354	
Matérias-primas	73.519	54.444	173.888	118.890	
Materiais de manutenção e outros	31.744	37.755	76.566	67.870	
Provisão para perdas	(9.717)	(14.917)	(21.385)	(24.863)	
	234.188	216.609	523.623	419.492	

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía estoques de produtos acabados oferecidos em garantia de processos trabalhistas e previdenciários no montante de R\$5.514 (R\$5.541 em 31 de dezembro de 2017) na Controladora e no Consolidado.

A provisão para perdas apresentou a seguinte movimentação:

	Controla	Controladora		dado
dez/18 dez		dez/17	dez/18	dez/17
Saldo inicial	(14.917)	(7.179)	(24.863)	(15.905)
Reversões (adições)	1.594	(8.954)	(128)	(10.174)
Baixas por perda	3.606	1.216	3.606	1.216
Saldo final	(9.717)	(14.917)	(21.385)	(24.863)

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

A Companhia recolhe os tributos sobre o lucro real em bases mensais (estimativa) e por ocasião dos ajustes anuais apurou excesso de recolhimento em alguns anos. Referidos valores serão utilizados para compensação de tributos federais devidos pela Companhia, próprios ou de terceiros — IRRF. As projeções da Companhia apontam para a realização deste ativo em até 10 anos.

	dez/18			dez/17		
		Não				
	Circulante	circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Controladora	49.919	166.857	216.776	-	260.547	260.547
Imposto de renda	49.919	112.611	162.530	-	204.585	204.585
Contribuição social	-	54.246	54.246	-	55.962	55.962
Controladas	11.615	-	11.615	7.943	-	7.943
Imposto de renda	11.615	-	11.615	7.943	-	7.943
Consolidado	61.534	166.857	228.391	7.943	260.547	268.490

7. DEMAIS TRIBUTOS A RECUPERAR

		dez/18			dez/17	
		Não			Não	
	Circulante	circulante	Total	Circulante	circulante	Total
Controladora	86.081	157.979	244.060	55.364	167.516	222.880
Crédito prêmio de IPI 1988/1990	=	-	-	=	30.940	30.940
ICMS a recuperar - SP	7.037	26.166	33.203	631	37.707	38.338
ICMS a recuperar - SC	20.806	40.610	61.416	22.776	59.950	82.726
Benefício Reintegra	13.458	-	13.458	8.333	-	8.333
COFINS, PIS e IPI a recuperar	44.780	91.203	135.983	23.624	38.919	62.543
Controladas	51.899	-	51.899	64.122	-	64.122
Imposto sobre valor agregado - IVA	51.899	-	51.899	64.122	-	64.122
Consolidado	137.980	157.979	295.959	119.486	167.516	287.002

A origem dos créditos acima relacionados é a seguinte:

a. Crédito Prêmio de IPI – Exportações de junho de 1988 a outubro de 1990.

O crédito corresponde ao benefício fiscal relativo às exportações realizadas pela Companhia entre os anos de 1988 e 1990, cujo direito à utilização foi reconhecido por decisão transitada em julgado em 2009. Em 2012, a Companhia protocolou pedido de liquidação da referida sentença, tendo sido deferida a realização da prova pericial.

Em 2014, um perito contábil designado pela Justiça Federal, apurou que o mencionado crédito corresponde a montante suficiente para suportar o citado ativo da Companhia. Em manifestação emitida ainda no referido exercício, a Receita Federal do Brasil concluiu não ter encontrado qualquer elemento que alterasse os resultados apontados pela perícia contábil.

Apesar do valor reiterado pelo perito, a Tupy manteve registro no ativo no montante de R\$30.940 (valor contempla ajuste a valor presente – AVP), considerando para tanto que o início de realização do ativo ocorreria a partir do ano de 2021. Tal expectativa (2021) foi estabelecida com base no status do processo e na média de duração de processos que tramitaram no TRF da 1a Região.

No entanto, as movimentações processuais que eram aguardadas para o ano de 2018, sendo a principal delas a determinação por meio de sentença da justiça de 1º grau do valor devido pela União à Companhia, não evoluíram conforme esperado.

Tais movimentações eram consideradas estratégicas e permitiriam manter as estimativas de realização do ativo ou atualizá-las, em decorrência do referido avanço.

Considerando o atual cenário e a ausência dos atos processuais relevantes esperados para o exercício de 2018, a Companhia revisou suas estimativas acerca dos prazos de realização do referido direito e ajustou as premissas aplicadas para o cálculo da valorização do ajuste a valor presente (AVP), complementando-o em montante equivalente ao valor total do referido crédito. (nota 23)

As devidas diligências permanecerão em curso, para que novas divulgações, valorizações e revisões de estimativa do prazo de realização sejam refletidas no momento em que novos fatos relevantes ocorrerem.

b. ICMS a recuperar em São Paulo e em Santa Catarina.

São créditos decorrentes de compras de matérias-primas utilizadas no processo de manufatura de produtos exportados e de compras de ativos imobilizados realizáveis, na sua origem, em 48 parcelas conforme a legislação estadual aplicável. A queda nas vendas da Companhia para o mercado brasileiro, observada nos últimos anos em decorrência da crise econômica, contribuiu para o crescimento do crédito.

A Companhia vinha realizando seu saldo credor mediante transferências a terceiros, no entanto, por meio do Decreto estadual 1.860/2018 (vigente a partir de dezembro de 2018), foi revogada a possibilidade de transferências extraordinárias de créditos de ICMS entre contribuintes, restando então o formato ordinário de aprovação, onde as quantias para transferência serão calculadas via sistema da SEFAZ, com distribuição automática entre contribuintes exportadores (valores inexpressivos quando comparado com as extraordinárias).

A Companhia preparou projeções de longo prazo, para um período de 10 anos, que demonstram recuperação das vendas para o mercado brasileiro e consequente diminuição do acumulo de créditos, no entanto ainda insuficiente para neutralizar a totalidade do crescimento do saldo credor no estado de Santa Catarina.

Ações na busca da realização deste ativo encontram-se em andamento, tanto em viabilizar algum convênio para minimizar acumulo de créditos quanto de maximizar geração de débitos, no entanto, diante das incertezas quanto ao efetivo consumo desses créditos e o expressivo saldo credor em 31 de dezembro de 2018, a Companhia optou por reconhecer provisão de *impairment* de R\$45.567, relativo ao saldo remanescente de difícil realização nos próximos 10 anos. (nota 23)

c. Benefício Reintegra.

Créditos decorrentes do benefício instituído pela Medida Provisória 540 de 2 de agosto de 2011 e reinstituído pela Lei nº 13.043/14, regulamentada pelo Decreto nº 8.415/15, com alterações promovidas pelo decreto 8.543/15 e são utilizados para compensação de tributos federais.

No fim do mês de maio de 2018, o governo federal editou o Decreto nº 9.393/2018, alterando a alíquota do Reintegra de 2% para 0,1%. Tal alteração diminuiu consideravelmente os créditos oriundos do Reintegra.

Em dezembro de 2018 transitou em julgado Mandado de Segurança impetrado pela Companhia em meados de 2015. Naquela ocasião, o Decreto 8.415/2015 diminuiu a alíquota do Reintegra de 3% para 1%, não respeitando os 90 dias entre a alteração da norma e sua efetiva aplicação.

Com o desfecho favorável no processo, a Companhia reconheceu o valor de R\$11.915 como créditos oriundos do Reintegra, que serão utilizados no exercício de 2019 para compensação de tributos federais. Foi registrado em outras receitas operacionais o montante de R\$8.582 (nota 23) e a atualização deste crédito como resultado financeiro.

d. COFINS, PIS e IPI a recuperar.

São créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo, líquidos dos tributos incidentes sobre as vendas para o mercado brasileiro.

Em 2018 a Companhia registrou créditos extemporâneos, da ordem de R\$61.569, correspondentes ao período de 2013 a 2017.

Créditos de COFINS e PIS podem ser utilizados para compensação de outros tributos federais e, a partir de 2019, também para compensar contribuições previdenciárias. Podem, ainda, ser objeto de ressarcimento em dinheiro na proporção da receita de exportação sobre a receita total.

A Companhia estima realizar tais créditos em até 5 anos.

e. Imposto sobre valor agregado - IVA.

São substancialmente créditos decorrentes da aquisição de insumos utilizados no processo produtivo das controladas no México e são reembolsados regularmente pelas respectivas autoridades fiscais. A diminuição do saldo em 31 de dezembro de 2018 em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2017 deve-se, à regularização do prazo de restituição por parte do fisco mexicano. No encerramento de 2017 estava em 7 meses e retomou para 3 meses.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS, LÍQUIDOS

A composição dos créditos e débitos fiscais diferidos, originários de imposto de renda e contribuição social, de acordo com as contas do balanço, está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolida	ok	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	
Ativo diferido					
Prejuízo fiscal IRPJ e base negativa CSLL	45.822	48.080	45.822	52.433	
Provisões para contingências	68.143	62.838	68.143	62.838	
Impostos e contribuições a recuperar	53.910	26.733	53.910	26.733	
Créditos Eletrobrás	27.030	6.653	27.030	6.653	
Impairment imobilizado	28.818	28.818	28.818	28.818	
Salários, encargos sociais e participações	15.492	13.761	34.500	32.929	
Provisão para perdas no contas a receber	7.233	2.863	7.233	2.863	
Provisão para perdas nos estoques	4.334	5.072	4.334	5.072	
Provisão Remuneracao Baseada em Ações	2.911	-	2.911	-	
Ferramentais de terceiros	-	-	16.840	5.855	
Outros itens	12.407	16.732	20.571	23.800	
Lucros não realizados nas subsidiárias	-	-	4.313	3.445	
Sub-total Sub-total	266.100	211.550	314.425	251.439	
Passivo diferido					
Diferenças de taxas de depreciação	74.106	71.059	74.106	71.059	
Imobilizado - ajuste de avaliação patrimonial	21.542	26.513	21.542	26.513	
Imposto diferido sobre intangíveis	-	-	61.760	57.346	
Imobilizado - base fiscal (México)	=	-	13.349	20.278	
Sub-total	95.648	97.572	170.757	175.196	
Total líquido do ativo diferido	170.452	113.978	143.668	76.243	

A legislação tributária no México permite que a Companhia faça a depreciação com base no ativo imobilizado fiscal, dessa forma a Companhia registra a diferença temporária da depreciação entre a base fiscal e a contábil. Em 31 de dezembro de 2018 o montante dos impostos diferidos sobre as diferenças temporárias é de R\$13.349 (R\$20.278 em 31 de dezembro de 2017). A variação no exercício decorre do impacto cambial entre a moeda de apuração dos tributos no México (Pesos Mexicanos) e a Moeda Funcional (Dólar norte americano) das controladas no México.

A controlada Sociedade Técnica de Fundições Gerais S.A. - Sofunge (em liquidação) possui prejuízos fiscais de R\$5.930 em 31 de dezembro de 2018 (R\$6.017 em 31 de dezembro de 2017) e bases negativas da contribuição social de R\$42.497 em 31 de dezembro de 2018 (R\$42.588 em 31 de dezembro de 2017). Os referidos créditos tributários correspondentes não estão reconhecidos e a Administração está buscando formas de realização do saldo remanescente.

Para o ativo diferido de imposto de renda e contribuição social, a Companhia elaborou estudo técnico de viabilidade, o qual indica a plena recuperação destes tributos diferidos. A estimativa de realização futura, baseada na projeção de lucros da Companhia e na expectativa de realização efetiva das diferenças temporárias, é como segue:

	Controla	dora	Consolida	ado
Ano	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
2018	-	41.211	-	63.716
2019	61.030	40.231	81.705	38.691
2020	107.918	33.592	108.094	32.052
2021	20.482	35.420	20.755	33.880
2022	15.982	16.869	16.799	15.329
Após	60.688	44.227	87.072	67.771
	266.100	211.550	314.425	251.439

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 os créditos e débitos fiscais diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolida	ido
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Saldo inicial	113.978	101.399	76.243	44.353
Efeito no resultado				
Reconhecido no resultado do exercício	(11.227)	13.140	(127)	35.384
Reconhecido no resultado abrangente do exercício	67.255	4.388	67.255	4.388
Efeito de conversão para moeda de apresentação			(149)	(2.933)
Efeito patrimonial				
Reclassificação para impostos a recuperar	1.334	-	1.334	-
Compensação Tributos	(888)	(4.949)	(888)	(4.949)
Saldo final	170.452	113.978	143.668	76.243

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações da Controladora com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

a. Empresas controladas:

Ativo	dez/18	dez/17
Contas a receber	118.980	77.213
Tupy American Foundry Corporation	39.012	49.899
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	13.963	10.121
Tupy Europe GmbH	60.939	16.732
Technocast, S.A. de C.V.	5.066	461
Partes relacionadas (mútuos)	5.982	5.540
Tupy Agroenergética Ltda.	5.982	5.540
	124.962	82.753
Passivo	dez/18	dez/17
inanciamentos e empréstimos	1.395.346	1.191.238
Tupy Overseas S.A	1.395.346	1.191.238
Adiantamentos de clientes	3.468	3.489
Tupy American Iron & Alloys Corporation	3.468	2.961
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	-	528
itulos a pagar e outros	101.641	89.435
Tupy Europe GmbH	70.876	63.345
Tupy American Foundry Co.	29.283	24.854
Tupy American Iron & Alloys Corporation	1.448	1.236
Tupy México Saltillo S.A. de CV	34	-
Partes relacionadas (mútuos)	1.239	998
Sociedade Técnica de Fundições		
Gerais S.A Sofunge "em liquidação"	1.239	998
	1.501.694	1.285.160

Demonstração do resultado	2018	2017
Receitas	912.236	740.595
Tupy American Foundry Corporation	668.826	591.477
Tupy Europe GmbH	205.005	99.531
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	38.405	49.588
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	11.985	6.681
Technocast, S.A. de C.V.	6.350	5.749
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V	5.635	932
Receita (despesa) financeira	(87.911)	(76.610)
Tupy Overseas S.A.	(87.912)	(76.634)
Sociedade Técnica de Fundições		
Gerais S.A Sofunge "em liquidação"	1	(6)
Tupy Agroenergética Ltda.	-	30
	836.310	670.666

As atividades operacionais das controladas estão divulgadas na nota 2.2.

Os direitos a receber (Nota 4) e as receitas de vendas da Controladora com suas controladas são representadas basicamente por operações de venda de mercadorias do segmento de transporte, infraestrutura & agricultura. Os valores respeitam as tabelas de preços de vendas praticados pela Companhia e os prazos são de 60 a 90 dias, conforme estabelecido entre as partes. Em 31 de dezembro de 2018 as partes relacionadas não apresentavam títulos em atraso por questões de inadimplência e por isso a Controladora não possui provisão para perda desses recebíveis.

Adiantamentos de clientes correspondem a valores enviados pelas controladas no exterior para entregas futuras de mercadorias.

Títulos a pagar e outros referem-se a contas correntes entre as Controladas no exterior e a Controladora, com prazo indeterminado.

As condições do empréstimo concedido pela Tupy Overseas S.A. para a Controladora estão divulgadas na nota 15.

As demais operações correspondem a contratos de mútuos entre controladas no Brasil e a Companhia, com prazo indeterminado, remunerados pela variação da TR – Taxa Referencial.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas, referem-se a venda de ativo imobilizado da linha de usinagem do Brasil para as subsidiárias Technocast S.A. de C.V. e Tupy México Saltillo S.A. de C.V.

b. Principais acionistas:

A Companhia tem como principais acionistas a BNDES Participações S.A. – BNDESPAR e a PREVI – Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil.

Em outubro de 2018, a Controladora liquidou totalmente seu contrato de financiamento (projeto de expansão da Tupy S.A.) com o BNDES (acionista controlador da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR). Montante em 31 de dezembro de 2017, R\$20.922. (nota 15)

c. Remuneração dos administradores:

	Conselho de Administração		Diretoria Executiva		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Remuneração Fixa	2.181	2.089	2.845	3.628	5.026	5.717
Remuneração Variável	-	-	3.003	2.403	3.003	2.403
Remuneração baseada em ações (Nota 19)	763	1.085	1.993	2.419	2.756	3.504
	2.944	3.174	7.841	8.450	10.785	11.624

A remuneração global anual para o Conselho de Administração e Diretoria Executiva aprovada em AGO/E para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$21.684 (R\$19.373 em 31 de dezembro de 2017).

A remuneração dos administradores estatutários ocorre apenas na Controladora, portanto, não há remuneração nas empresas controladas.

Os valores registrados de remuneração variável da Diretoria Executiva são a título de provisão, em acordo com as metas estabelecidas para o exercício. As informações sobre o plano de participações em ações estão divulgadas na nota 19.

A título de benefícios corporativos, os Diretores da Companhia fazem jus a automóvel, reembolso de despesas destes, seguro saúde, plano de previdência e indenização por rescisão contratual. Em 31 de dezembro de 2018 estes benefícios totalizaram R\$2.234 (R\$1.101 no mesmo período do ano anterior).

A Companhia não oferece aos administradores, plano de benefício pós-exoneração.

d. Outras partes relacionadas:

A Controladora participa como patrocinadora na Associação Atlética Tupy, fundação sem fins lucrativos, que desenvolve atividades de lazer e esporte aos funcionários da Companhia. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Companhia reconheceu como despesa com patrocínio o montante de R\$1.232 (R\$1.231 em 31 de dezembro de 2017).

10. CRÉDITOS ELETROBRÁS

Os créditos decorrem do direito ao complemento da correção monetária do empréstimo compulsório da Eletrobrás e dos respectivos juros, moratórios e remuneratórios, conforme decisão transitada em julgado em 2003.

Em dezembro de 2011, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região ("TRF4") corroborou a apuração realizada pela Companhia, confirmada por laudo pericial, na ação de cumprimento de sentença. Referida decisão do TRF4 foi objeto de recursos interpostos pela Companhia e pela Eletrobrás perante os tribunais superiores.

Em outubro de 2015, considerando o avançado estágio processual, a Companhia requereu o prosseguimento do feito, de modo que a Eletrobrás fosse intimada a depositar em juízo o valor executado.

Em setembro de 2016, a 6ª Vara de Joinville determinou o bloqueio das contas correntes de titularidade da Eletrobrás (penhora *on-line*) no valor integral e atualizado de R\$224 milhões pleiteado pela Companhia na execução, montante que permanecerá vinculado ao juízo, garantindo o crédito da Companhia, até que decisão definitiva seja publicada ou até que a decisão da manutenção da penhora *on-line* seja revista.

Desde o reconhecimento inicial do ativo em 2003, diversos atos processuais são favoráveis à manutenção do crédito, dentre os quais destacam-se: (a) reconhecimento de parcela do crédito em 2008 pela Eletrobrás; (b) posterior obtenção do direito irrevogável em relação aos critérios de cálculo do crédito (decisão do TRF4 em dezembro de 2011); (c) bloqueio, nas contas bancárias de titularidade da Eletrobrás, do valor integral do crédito executado em setembro de 2016; e (d) trânsito em julgado de recurso interposto pela Eletrobrás perante o STF, por meio do qual ainda se buscava contestar os critérios de cálculo.

Em outubro de 2018, transitou em julgado recurso interposto pela Eletrobrás em face da decisão do TRF4 de dezembro de 2011 (acima destacada), o que ensejou no encerramento das vias processuais pelas quais a Eletrobrás ainda poderia discutir os critérios de cálculo do laudo pericial homologado em juízo.

Tendo em vista os atos processuais acima elencados, no último trimestre de 2018, além do direito à correção monetária plena (que já era objeto de trânsito em julgado em 2003), foram definitivamente estabelecidos os critérios de cálculo do crédito detido pela Companhia. Assim, pautada em decisão ocorrida em outubro de 2018, a Companhia atualizou e registrou o direito integral dos créditos de depósito compulsório, de acordo com critérios e premissas determinados em decisão judicial irrevogável, dentro do limite considerado de provável realização. Além disso, foi identificado derivativo embutido oriundo de opção de realização do crédito em ações da Eletrobrás, o qual foi valorizado por seu valor de realização pelo critério *Black-Scholes* refletindo o menor e mais provável valor de realização em favor da Companhia no momento do reconhecimento do direito (transitado em julgado 01 de outubro de 2018) e para o encerramento do exercício.

Controladora e Consolidado			
	Crédito	Ajuste a valor	Total
	Eletrobrás	de realização	líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2016	117.621	(18.294)	99.327
Atualização monetária	4.116	-	4.116
Provisão para perdas	-	(1.273)	(1.273)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	121.737	(19.567)	102.170
Atualização monetária (nota 23)	128.736	-	128.736
Registro do derivativo embutido (nota 23)		(104.862)	(104.862)
Variação valor justo de derivativo (nota 22)	-	44.930	44.930
Saldo em 31 de dezembro de 2018	250.473	(79.499)	170.974

A Companhia estima que o crédito seja efetivamente recebido no período de 12 a 24 meses.

11. PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

A Companhia possui ativos classificados como propriedades para investimentos, constituídos substancialmente por áreas de terras e florestas, de propriedade da controlada Tupy Agroenergética Ltda. O saldo contábil em 31 de dezembro de 2018 é de R\$6.363 (R\$6.544 em 2017), considerando o custo histórico como base para contabilização e o valor justo de realização, conforme avaliação efetuada por empresa especializada, aponta para uma faixa entre R\$49.423 (mínimo) e R\$91.524 (esperado).

Parte destas propriedades foram reclassificadas para o circulante pois são objeto de parceria para desenvolvimento de loteamento (nota 33).

12. INVESTIMENTOS

a. Composição dos investimentos

Controladora	Total do ativo	Patrimônio líquido	Ágio (<i>Goodwill</i>)	Lucro (prejuízo) exercício	Participação no capital social (%)	Equivalência patrimonial (*)	Valor patrimonial (*)
Em 31 de dezembro de 2018							
Investimentos em Controladas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	1.416.806	879.034	30.513	93.322	100,00	94.290	909.191
Technocast, S.A. de C.V.	847.898	580.674	10.713	34.643	100,00	34.643	591.387
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	10.035	8.131	-	(101)	100,00	(101)	8.131
Tupy Overseas	1.406.540	17.002	-	1.260	100,00	1.260	17.002
Tupy American Foundry Co.	210.685	113.679	-	5.307	100,00	8.809	110.344
Tupy American Iron & Alloys Co.	5.299	5.299	-	(3)	100,00	(3)	5.299
Tupy Europe GmbH	220.382	150.108	-	13.548	100,00	16.053	145.435
Tupy Agroenergética Ltda.	10.613	4.616	-	(369)	100,00	(369)	4.616
Sociedade Técnica de Fundições							
Gerais SA Sofunge "em liquidação"	2.538	2.535	-	239	100,00	239	2.535
						154.821	1.793.940

^(*) Ajustado pelos lucros não realizados

Control adors	Tatal da ativa	Patrimônio	Ágio	Lucro (prejuízo)	Participação no capital	Equivalência	Valor
Controladora Em 31 de dezembro de 2017	Total do ativo	líquido	(Goodwill)	exercício	social (%)	patrimonial (*)	patrimonial (*)
Investimentos em Controladas							
Tupy Mexico Saltillo, S.A. de C.V.	1.027.862	666.401	30.513	64.277	100,00	64.087	696.190
Technocast, S.A. de C.V.	674.913	492.778	10.713	53.302	100,00	53.302	503.491
Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.	10.621	8.927	-	1.026	100,00	1.026	8.927
Tupy Overs eas	1.199.357	13.430	-	1.111	100,00	1.111	13.430
Tupy American Foundry Co.	192.084	91.977	-	4.450	100,00	3.289	88.302
Tupy American Iron & Alloys Co.	4.530	4.530	-	(66)	100,00	(66)	4.530
Tupy Europe GmbH	145.527	121.927	-	3.605	100,00	5.597	119.639
Tupy Agroenergética Ltda.	10.697	4.985	-	(658)	100,00	(658)	4.985
Sociedade Técnica de Fundições							
Gerais SA Sofunge "em liquidação"	2.298	2.296	-	2.848	100,00	2.848	2.296
·						130,536	1.441.790

^(*) Ajustado pelos lucros não realizados

b. Movimentação dos investimentos

Controladora	
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.454.691
Resultado da equivalência patrimonial	130.536
Variação cambial de investidas no exterior	28.543
Dividendos recebidos	(171.980)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.441.790
Resultado da equivalência patrimonial	154.821
Variação cambial de investidas no exterior	237.715
Dividendos recebidos	(40.386)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.793.940

c. Dividendos recebidos

Em agosto de 2018 a Controladora recebeu de suas subsidiárias no México o montante de R\$40.386 (USD10.000) a título de dividendos, sendo USD4.900 referente a Tupy México Saltillo S.A. de C.V., USD3.000 de Technocast S.A. de C.V. e USD2.100 da Servicios Industriales Technocast, S.A. de C.V.

Em abril de 2017 a Controladora recebeu de suas subsidiárias no México o montante de R\$171.980 (USD55.000) a títulos de dividendos, sendo USD36.000 referente a Tupy México Saltillo S.A. de C.V. e USD19.000 de Technocast S.A. de C.V.

d. Impairment de subsidiárias

Em 31 de dezembro de 2018, foi reconhecida reversão de *impairment* de R\$33.631, R\$23.542 líquido da alíquota do México de 30% de imposto de renda (reversão de *impairment* de R\$8.301, R\$5.811 líquido de imposto de renda, também foi reconhecido em 31 de dezembro de 2017). (Nota 14)

13. IMOBILIZADO

a. Movimentação do ativo imobilizado

	Máquinas,				Móveis,		
	instalações e				utensílios e	Imobilizações	
Controladora	equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	outros	em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.638.314	328.097	8.956	25.267	5.700	40.687	2.047.021
Adições	-	-	-	-	-	44.006	44.006
Transferência	31.987	14.725	-	480	287	(51.200)	(3.721)
Baixas	(25.503)	(750)	-	(2.886)	(59)	-	(29.198)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.644.798	342.072	8.956	22.861	5.928	33.493	2.058.108
Adições	3.596	-	-	-	-	60.374	63.970
Transferência	50.109	4.968	-	1.672	408	(57.157)	-
Baixas	(85.513)	(90)	-	(2.225)	(773)	-	(88.601)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.612.990	346.950	8.956	22.308	5.563	36.710	2.033.477
Depreciação							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(960.404)	(126.103)		(13.573)	(3.240)		(1.103.320)
Depreciação no período	(124.044)	(14.812)		(2.203)	(480)		(141.539)
Transferência	3.075	-		-	-		3.075
Baixas	9.011	213		2.004	36		11.264
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(1.072.362)	(140.702)		(13.772)	(3.684)		(1.230.520)
Depreciação no período	(113.434)	(14.405)		(1.948)	(459)		(130.246)
Transferência	-	-		-	-		-
Baixas	59.517	32		1.645	706		61.900
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(1.126.279)	(155.075)		(14.075)	(3.437)		(1.298.866)
Valor contábil							
Em 31 de dezembro de 2017	572.436	201.370	8.956	9.089	2.244	33.493	827.588
Em 31 de dezembro de 2018	486.711	191.875	8.956	8.233	2.126	36.710	734.611
	Máquinas,				Móveis,		
	instalações e				utensílios e	Imobilizações	
Consolidado	equipamentos	Edificações	Terrenos	Veículos	outros	em andamento	Total
Custo							
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.127.670	678.821	57.735	26.404	20.062	118.780	4.029.472
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições	-	•	57.735 -	-	-	115.945	115.945
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência	73.403	- 17.675	-	480	2.190	115.945 (97.469)	115.945 (3.721)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial	73.403 23.697	17.675 5.367	- - 726	480 17	2.190 219	115.945	115.945 (3.721) 32.367
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas	73.403 23.697 (22.958)	17.675 5.367 (750)	- - 726 -	480 17 (2.886)	2.190 219 (60)	115.945 (97.469) 2.341	115.945 (3.721) 32.367 (26.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812	17.675 5.367	- - 726	480 17	2.190 219	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596	17.675 5.367 (750) 701.113	- 726 - 58.461	480 17 (2.886) 24.015	2.190 219 (60) 22.411	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240	115.945 (3.721) 32.367 (26.654)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754	17.675 5.367 (750) 701.113	726 - 58.461 - (5)	480 17 (2.886) 24.015	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333)	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596	17.675 5.367 (750) 701.113	- 726 - 58.461	480 17 (2.886) 24.015	2.190 219 (60) 22.411	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013	726 - 58.461 - (5)	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333)	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600)	726 - 58.461 - (5)	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333)	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600)	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 (142.738) 4.541.991
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 (142.738) 4.541.991
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754)	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162)	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12) 2.004	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2016	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411)	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614)	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12) 2.004 (14.718)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impoirment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 - 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12) 2.004	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911)	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614) (24.513)	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12) 2.004 (14.718) (2.048)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694)	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614) (24.513) - (35.393)	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12) 2.004 (14.718) (2.048)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694) 112.959	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614) (24.513) - (35.393) 100	726 - 58.461 - (5) 8.412	(2.886) 24.015 2.226 217 (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) (12) 2.004 (14.718) (2.048) (169) 1.645	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771) 706	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027) 115.410
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694)	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614) (24.513) - (35.393)	726 - 58.461 - (5) 8.412	480 17 (2.886) 24.015 2.226 217 - (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) - (12) 2.004 (14.718) (2.048)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 De preciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 De preciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694) 112.959	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614) (24.513) - (35.393) 100	726 - 58.461 - (5) 8.412	(2.886) 24.015 2.226 217 (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) (12) 2.004 (14.718) (2.048) (169) 1.645	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771) 706	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027) 115.410
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694) 112.959 (2.549.057)	(318.228) (22.437) (3162) 213 (343.614) (24.513) (35.393) 100 (403.420)	- 726 - 58.461 - (5) 8.412 - - - 66.868	(2.886) 24.015 2.226 217 (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) (12) 2.004 (14.718) (2.048) (169) 1.645 (15.290)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771) 706 (16.932)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075 - 167.579	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027) 115.410 (2.984.699)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 De preciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 De preciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017	73.403 23.697 (22.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694) 112.959	17.675 5.367 (750) 701.113 - 20.741 62.013 - (600) 783.267 (318.228) (22.437) - (3.162) 213 (343.614) (24.513) - (35.393) 100	726 - 58.461 - (5) 8.412	(2.886) 24.015 2.226 217 (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) (12) 2.004 (14.718) (2.048) (169) 1.645	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771) 706	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 - (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027) 115.410
Saldo em 31 de dezembro de 2016 Adições Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Adições Transferência Variação cambial Impairment Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2018 Depreciação Saldo em 31 de dezembro de 2016 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017 Depreciação no período Transferência Variação cambial Baixas Saldo em 31 de dezembro de 2017	(2.958) 3.201.812 3.596 134.754 271.162 (139.139) 3.472.185 (2.084.628) (177.840) 3.075 (18.754) 11.736 (2.266.411) (188.911) (206.694) 112.959 (2.549.057)	(318.228) (22.437) (3162) 213 (343.614) (24.513) (35.393) 100 (403.420)	- 726 - 58.461 - (5) 8.412 - - - 66.868	(2.886) 24.015 2.226 217 (2.225) 24.233 (14.439) (2.271) (12) 2.004 (14.718) (2.048) (169) 1.645 (15.290)	2.190 219 (60) 22.411 - 3.617 2.605 - (774) 27.859 (11.783) (1.517) - (166) 36 (13.430) (2.437) - (1.771) 706 (16.932)	115.945 (97.469) 2.341 - 139.597 173.240 (161.333) 16.075 - 167.579	115.945 (3.721) 32.367 (26.654) 4.147.409 176.836 - 360.484 (142.738) 4.541.991 (2.429.078) (204.065) 3.075 (22.094) 13.989 (2.638.173) (217.909) - (244.027) 115.410 (2.984.699)

Imobilizações em andamento contemplam vários investimentos na sustentação da capacidade, meio ambiente, segurança do trabalho e projetos de ampliação da capacidade de usinagem nas plantas mexicanas.

b. Impairment de ativos não financeiros

Com o objetivo de otimizar o parque fabril e consequentemente reduzir custos de operação, em decorrência da retração da demanda no mercado interno, no segmento de transporte, infraestrutura & agricultura, e da revisão dos planos futuros da operação, a Companhia desativou parte relevante do parque fabril da unidade situada em Mauá-SP, por tempo indeterminado.

A unidade fabril impactada é parte da unidade geradora de caixa de blocos e cabeçotes, componente do segmento de transporte, infraestrutura & agricultura da planta do Brasil.

Para determinar o valor residual dos ativos operacionais desativados, a Companhia utilizou o modelo do valor justo líquido de despesa de venda, considerando a hierarquia de nível 3 do valor justo, que inclui informações não observáveis de mercado.

A mensuração do ajuste considerou:

- Terreno, edificações e benfeitorias, por apresentar valores de realização por venda superiores aos em uso não foram objeto de impairment;
- Ativos que seriam utilizados em outras plantas, ou mantidos em operação na planta objeto, foram identificados e não computados no ajuste. Custos para realocação destes ativos foram mensurados e considerados;
- Ativos que seriam "desligados" e assim permaneceriam por tempo indeterminado foram objeto de impairment. Nestes casos, valores de realização mediante utilização como partes em outras plantas ou como matéria-prima (sucata) foram estimados.

Em 31 de dezembro de 2016 o modelo demonstrou que o valor recuperável dos ativos, da parcela desativada da unidade de Mauá-SP era inferior ao seu valor contábil. Diante disso, naquela data, a Companhia constituiu provisão para perda desses ativos (*impairment*) no montante de R\$84.760, na rubrica de outras despesas operacionais, líquidas.

Durante os exercícios de 2017 e 2018 a Companhia avaliou e não observou indicativos de *impairment* de seus ativos que pudesse requerer complemento de provisão ou mesmo alterar, ou reverter, a provisão constituída no exercício de 2016, desta forma manteve o cálculo realizado em 31 de dezembro de 2016.

c. Depreciação

A Companhia deprecia o imobilizado pelo método linear, utilizando as vidas úteis médias revisadas anualmente, demonstradas a seguir:

	Vida útil média
Máquinas, instalações e equipamentos	18 anos
Edificações	35 anos
Veículos	5 anos
Móveis, utensílios e outros	14 anos

d. Capitalização de juros e encargos financeiros

A Companhia reconhece como custo de formação dos ativos os juros e encargos financeiros incorridos durante o exercício de construção, para os ativos qualificáveis.

O montante registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$1.967 (R\$1.606 em 2017).

e. Garantias

Bens do ativo imobilizado da Companhia, no montante de R\$21.999 (R\$130.548 em 31 de dezembro de 2017), estão dados em garantia de empréstimos e financiamentos com vencimento em janeiro de 2025 e como garantia a processos tributários, o montante de R\$5.895 (R\$5.895 em 31 de dezembro de 2017).

f. Valores segurados

Os ativos imobilizados estão segurados contra incêndio, danos elétricos e explosão. Sua cobertura é determinada em função dos valores e grau de riscos envolvidos. (nota 28)

14. INTANGÍVEIS

		Projetos em	
Controladora	Software	andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	59.836	=	59.836
Aquisição/custos de software	1.824	4.092	5.916
Transferência	646	-	646
Amortização	(8.121)	-	(8.121)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	54.185	4.092	58.277
Aquisição/custos de software	2.660	2.360	5.020
Transferência	(783)	783	-
Baixas	(61)	-	(61)
Amortização	(8.257)	(137)	(8.394)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	47.744	7.098	54.842

		Relacionamento contratual com	Acordo de não	Ágio	Projetos em	
Consolidado	Software	clientes	concorrência	(Goodwill)	andamento	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	66.991	221.722	310	41.226	-	330.249
Aquisição/custos de software	4.060	-	-	-	4.092	8.152
Transferência	646	-	-	-	-	646
Baixas	(13)	-	-	-	-	(13)
Variação cambial	25	1.988	(11)	-	-	2.002
Amortização	(12.039)	(40.858)	(299)	-	-	(53.196)
Reversão (constituição) Impairment	-	8.301	-	-	-	8.301
Saldo em 31 de dezembro de 2017	59.670	191.153	-	41.226	4.092	296.141
Aquisição/custos de software	5.707	-	-	-	2.360	8.067
Transferência	(783)	-	-	-	783	-
Baixas	(2.552)	-	-	-	-	(2.552)
Variação cambial	870	30.148	-	-	-	31.018
Amortização	(12.265)	(49.066)	-	-	(137)	(61.468)
Reversão (constituição) <i>Impairment</i>	-	33.631	-	-	-	33.631
Saldo em 31 de dezembro de 2018	50.647	205.866	-	41.226	7.098	304.837

a. Software

Composto basicamente por licença para sistema integrado de gestão empresarial (ERP), adquirido em 2013, desenvolvido ao longo de 2013, 2014 e implantado em 1º de julho de 2015. A amortização está sendo realizada, de forma linear, em 10 anos.

b. Relacionamento contratual de clientes

O relacionamento contratual é oriundo da aquisição da Tupy México S.A., de C.V. e da Technocast S.A., de C.V. em 16 de abril de 2012 e foi valorizado com base na expectativa mínima de manutenção da carteira de clientes, considerando volumes de venda praticados em períodos anteriores à aquisição, bem como com as perspectivas de mercado disponíveis à época.

A valorização foi realizada mediante aplicação da metodologia MEEM ("Multi-period excess earnings method"), que compreendeu período de 10 anos, que significa o prazo mínimo projetado para a manutenção do relacionamento comercial com os clientes absorvidos. A amortização é realizada de forma linear.

O agregado das carteiras que compõem o ativo apresenta, e projeta no longo prazo, volumes e rentabilidade significativamente superiores às que sustentaram o reconhecimento inicial do ativo, que fazem a rentabilidade das plantas alcançarem o patamar adequado.

Considerando que o ativo intangível foi reconhecido por carteira e a norma não permite a compensação entre elas, por ocasião do encerramento do exercício de 2017, análise individual foi elaborada e observamos retomada da demanda em algumas carteiras do segmento transporte, infraestrutura e agricultura, quando comparado aos volumes originalmente projetados à época da aquisição, que resultou em aplicação do teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), e o resultado líquido apurado e reconhecido, a título de reversão, foi de R\$8.301. (Nota 23)

Durante o exercício de 2018 foi observada a contínua recuperação dos volumes originalmente projetados à época da aquisição, que resultou em aplicação do teste de redução ao valor recuperável (*impairment*). O resultado do teste determinou reversão de *impairment* constituído em exercícios anteriores no montante de R\$33.631. (Nota 23).

O método utilizado em 31 de dezembro de 2018 para determinar o valor justo para o período remanescente de 3,5 anos, foi o valor em uso. As premissas utilizadas pela administração são classificadas no nível 3 da hierarquia, pois considera dados não observáveis no mercado, e estão descritas abaixo:

- as receitas foram definidas de acordo com as projeções de demanda por cliente nos próximos 3,5 anos;
- as margens operacionais foram determinadas com base no desempenho histórico e nas expectativas baseadas em investimentos e melhorias operacionais; e
- taxa de desconto em termos reais, antes dos impostos, de 8,90% a.a., que reflete os riscos da Companhia.

c. Ágio (goodwill)

Intangível representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição e montante líquido do valor justo dos ativos e passivos das controladas Tupy México S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., gerado substancialmente por sinergias esperadas.

O ágio (*goodwill*) é alocado às controladas Tupy México S.A., de C.V. e Technocast S.A., de C.V., que são consideradas como duas unidades geradoras de caixa (UGC) e ambas pertencentes ao segmento de transporte, infraestrutura & agricultura.

Anualmente é verificada a existência de *impairment* do ágio registrado através da determinação do valor recuperável de uma UGC.

O valor recuperável é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa livre descontado, pós-tributos sobre o lucro e despesas de capital, baseadas em projeções de orçamentos financeiros em termos reais (sem inflação) aprovados pela administração para um período de cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao exercício de cinco anos foram perpetuados com base no fluxo de caixa do quinto ano. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2018 são as que seguem:

- as receitas foram definidas de acordo com projeções de demanda por cliente nos próximos cinco anos;
- a administração determinou as margens operacionais com base no desempenho histórico e em suas expectativas para o desenvolvimento do mercado; e
- taxa de desconto em termos reais, antes dos impostos, de 8,90% a.a., que reflete os riscos da Companhia.

Efetuada análise de sensibilidade para determinar o impacto na mudança de sua principal variável, taxa de desconto, considerando um aumento de 1p.p. e não foi encontrado valor inferior ao custo contábil dos investimentos, de modo que a Companhia não identificou necessidade de ajuste de impairment sobre o ágio registrado.

15. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

Controladora

	Vencimento	Taxa efetiva	dez/18	dez/17
Moeda Nacional			18.333	431.934
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,46% a.a.	-	15.755
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Set/2018	8% a.a. / TJLP + 3,3% .a.a.	-	92.149
(c) Notas de crédito de exportação	Dez/2018	10,53% a.a.	-	300.828
Finame (PSI)	Jan/2025	6,01% a.a.	18.333	23.202
Moeda Estrangeira			1.395.346	1.196.405
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A BNDES	Jul/2018	VC+6,88% a.a.	-	5.167
(d) Pré-pagamento de exportações - Tupy Overseas	Jul/2024	VC+6,78% a.a.	1.395.346	1.191.238
Parcela circulante			49.792	458.031
Parcela não circulante			1.363.887	1.170.308
			1.413.679	1.628.339

Consolidado

	Venc.	Taxa efetiva	dez/18	dez/17
Moeda Nacional			18.333	431.934
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A BNDES	Jul/2018	TJLP + 2,46% a.a.	-	15.755
(b) BNDES Exim - Pré-embarque (PSI)	Set/2018	8% a.a. / TJLP + 3,3% .a.a.	-	92.149
(c) Notas de crédito de exportação	Dez/2018	10,53% a.a.	-	300.828
Finame (PSI)	Jan/2025	6,01% a.a.	18.333	23.202
Moeda Estrangeira			1.388.590	1.189.622
(a) Projeto de expansão da Tupy S.A BNDES	Jul/2018	VC+6,88% a.a.	-	5.167
(e) Senior Unsecured Notes - US\$350.000	Jul/2024	VC+6,63% a.a.	1.388.590	1.184.455
Parcela circulante			47.431	456.015
Parcela não circulante			1.359.492	1.165.541
			1.406.923	1.621.556

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia está adimplente com todas as cláusulas restritivas específicas a cada operação.

a) Projeto de Expansão da Tupy S.A. – BNDES

Durante o exercício de 2018 a Companhia liquidou a totalidade de seu saldo devedor que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$20.922.

b) BNDES Exim – Pré-embarque (PSI)

A Companhia liquidou antecipadamente em janeiro de 2018 a totalidade de seu saldo devedor na modalidade Pré-embarque (PSI).

c) Nota de crédito exportação - NCE

Durante o exercício de 2018 a Companhia liquidou a totalidade de seu saldo devedor que em 31 de dezembro de 2017 era de R\$300.828.

d) Pré-pagamento de exportações - Tupy Overseas S.A.

O acréscimo do saldo, no montante de R\$204.108, é reflexo da desvalorização do Real frente ao Dólar norte americano. Em janeiro e julho de 2018 ocorreram pagamentos de juros no montante de R\$84.769 (R\$76.742 durante o exercício de 2017).

e) Senior Unsecured Notes

Em julho de 2014 a Companhia concluiu a emissão de títulos de dívida ("Emissão") no mercado internacional, por meio de sua controlada Tupy Overseas S.A., garantidos pela Controladora, no montante de US\$350.000 (R\$776.649 à época), com amortização única em julho de 2024. Os juros, ao cupom de 6,625% ao ano, são pagos semestralmente nos meses de janeiro e julho. A perda registrada com a variação cambial dessa operação em 2018 foi de R\$199.561 (despesa de R\$17.807 em 2017).

Os recursos provenientes da Emissão foram utilizados para pagamento de dívidas da Companhia, com vencimentos entre 2014 e 2017.

A Emissão possui *Covenants* tendo como principal indicador financeiro, dívida líquida/EBITDA ajustado e a Companhia, em 31 de dezembro de 2018, atende todos os critérios estabelecidos. Em caso de descumprimento poderia resultar no impedimento de: (i) efetuar novas captações de empréstimos e financiamentos; (ii) distribuir dividendos superiores ao mínimo legal; (iii) realizar investimentos não relacionados a manutenção das atividades produtivas; e (iv) recomprar ações emitidas pela Companhia.

Adicionalmente, é aplicável à Emissão *Covenants* não financeiros. A principal medida não financeira que poderia resultar no vencimento antecipado da Emissão é a mudança de controle da Companhia que reduza a classificação externa de risco (*rating*).

f) Valor justo de empréstimos e financiamentos

A Companhia calcula o valor justo dos seus empréstimos e financiamentos (nível 2 da hierarquia), através do desconto dos fluxos futuros de pagamentos destes, pelas curvas, taxas de juros e moedas observáveis no mercado financeiro. Em 31 de dezembro de 2018, o valor justo era de R\$1.403.817 (R\$1.664.536 em 31 de dezembro de 2017).

g) Vencimentos de longo prazo

	Controlad	lora	Consolida	ado
Ano	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
2020	4.233	4.233	4.233	4.233
2021-2023	6.839	11.072	6.839	11.072
2024	1.352.784	1.154.972	1.348.389	1.150.205
2025	31	31	31	31
	1.363.887	1.170.308	1.359.492	1.165.541

16. SALÁRIOS, ENCARGOS SOCIAIS E PARTICIPAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Salários	15.490	15.403	25.009	21.821
Provisão de férias e 13° salário	47.026	45.072	56.233	51.666
Encargos sociais	16.150	9.243	28.770	17.714
Programa de participação no resultado	45.565	40.475	53.094	45.718
Previdência privada	853	816	853	816
	125.084	111.009	163.959	137.735

O programa de participação dos empregados no resultado da Companhia é proporcional ao exercício aquisitivo e está atrelado a índices econômico/financeiros e operacionais e metas de desempenho individuais. Em 2011 a Companhia instituiu plano opcional de previdência privada para todos os empregados no Brasil. A modalidade do plano é o de contribuição definida onde para cada valor contribuído por empregado, limitado a percentual estabelecido sobre a folha de pagamento, a Companhia contribui com igual valor.

17. OBRIGAÇÕES DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As operações no México possuem obrigações de benefícios definidos. O objetivo dos planos de benefícios definidos é oferecer aos funcionários benefícios de aposentadoria, adicionais e complementares aos prestados por outros planos de aposentadoria ou pensão, públicos ou privados, adicionalmente a legislação mexicana também prevê outros benefícios definidos de prêmio por antiguidade e indenização legal.

Consolidado		
Obrigações registradas no balanço patrimonial	dez/18	dez/17
Benefícios de planos previdenciários		
Plano de pensão	10.669	8.827
Outros benefícios a empregados		
Prêmio por antiquidade	5.918	5.023
Indenização legal	16.378	14.077
	32.965	27.927

18. PROVISÕES TRIBUTÁRIAS, CÍVEIS, PREVIDENCIÁRIAS E TRABALHISTAS

A Companhia e suas controladas possuem processos em andamento, decorrentes do curso normal de seus negócios, para os quais foram constituídas provisões, no caso de perdas prováveis, suportadas por opiniões de assessores jurídicos.

As movimentações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 nas provisões tributárias, cíveis, previdenciárias e trabalhistas, bem como os respectivos saldos estão compostas da seguinte forma:

_						
Co	ntı	rol	2	М	_	ro

	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Previden- ciárias	Depósitos judiciais	Tota
aldo em 31 de dezembro de 2016	46.641	44.925	56.978	17.989	(19.794)	146.739
Adições	-	26.572	33.391	6.213	(31.162)	35.014
Atualização (reversão)	188	1	(13.339)	(926)	(677)	(14.753)
Pagamentos	(2)	(3.430)	(24.109)	(6.274)	-	(33.815)
Resgates	-	-	-	-	17.331	17.331
Saldo em 31 de dezembro de 2017	46.827	68.068	52.921	17.002	(34.302)	150.516
Adições	2.606	6.938	2.964	-	(16.034)	(3.526
Atualização (reversão)	7.916	(2.085)	35.125	1.315	(1.152)	41.119
Pagamentos	-	(12.616)	(26.161)	(399)	-	(39.176)
Resgates	-	-	-	-	15.314	15.314
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.349	60.305	64.849	17.918	(36.174)	164.247
Parcela circulante						28.043
Parcela não circulante						136.204
						164.247

Consolidado

				Previden-	Depósitos	
	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	ciárias	judiciais	Tota
Saldo em 31 de dezembro de 2016	47.100	44.925	59.559	17.989	(19.960)	149.613
Adições	-	26.584	30.942	6.213	(30.996)	32.743
Atualizações (reversão)	(271)	1	(13.339)	(926)	(677)	(15.212)
Pagamentos	(2)	(3.432)	(24.109)	(6.274)	-	(33.817)
Resgates	-	-	-	-	17.331	17.331
Saldo em 31 de dezembro de 2017	46.827	68.078	53.053	17.002	(34.302)	150.658
Adições	2.617	6.927	2.964	-	(16.034)	(3.526)
Atualização (reversão)	7.916	(2.084)	34.993	1.315	(1.152)	40.988
Pagamentos	-	(12.616)	(26.161)	(399)	-	(39.176)
Resgates	-	-	-	-	15.314	15.314
Saldo em 31 de dezembro de 2018	57.360	60.305	64.849	17.918	(36.174)	164.258
Parcela circulante						28.043
Parcela não circulante						136.215
			•			164.258

Em geral, as provisões da Companhia são de longo prazo. Considerando os ritos dos processos judiciais e administrativos no sistema judiciário brasileiro, há dificuldades em estimar com precisão o prazo para desfecho de tais contingências e, por esse motivo, a Companhia não está divulgando o fluxo de liquidação destes passivos.

As provisões acima descritas são atualizadas, principalmente, pela variação da taxa SELIC e IGPM.

a. Cíveis

O valor da provisão para contingências cíveis, em 31 de dezembro de 2018, é de R\$57.360, dos quais, montante substancial está relacionado a honorários de êxito em processos judiciais.

b. Processos de natureza tributária

Tratam-se de provisões relacionadas a processos administrativos fiscais que versam sobre determinados creditamentos adotados pela Companhia na apuração dos tributos ICMS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e tributos em operações com partes relacionadas.

As variações incorridas no período de 2018, além de contemplarem as atualizações, tratam da modificação da probabilidade de perda de contingências fiscais relacionadas a tributos federais, ante os posicionamentos apresentados pelos órgãos julgadores e de pagamentos ocorridos no exercício. O crescimento de 2017 está relacionado ao contingenciamento de tributos em operações com partes relacionadas, R\$24.666.

c. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados, individualmente ou coletivas movidas por sindicatos, em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

d. Processos de natureza previdenciária

As provisões previdenciárias estão relacionadas a supostos débitos decorrentes de divergências entre a declaração das contribuições previdenciárias (GFIP) e o respectivo pagamento (GPS). Tais divergências decorrem de valores questionados pela Companhia e foram devidamente depositados em juízo.

Contingências com probabilidade de perdas possíveis

As contingências passivas cujas perspectivas de perda são consideradas possíveis, nos termos da avaliação da Administração em conjunto com os assessores jurídicos externos da Companhia, são descritas no quadro demonstrativo a seguir.

	Controla	Controladora		dado
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Processos de IRPJ e CSLL	164.765	188.963	165.133	189.895
Créditos de PIS, COFINS e IPI	133.682	129.536	133.682	129.536
Créditos de ICMS	137.632	123.257	137.632	123.257
Débitos fiscais prescritos	144.520	141.749	144.520	141.749
Processos de natureza aduaneira	59.661	57.700	59.661	57.700
Processos de natureza previdenciária	80.368	89.110	80.368	89.110
Processos de natureza trabalhista	84.429	133.631	84.498	134.636
Processos de natureza cível e outros	55.111	48.657	55.331	50.102
	860.168	912.602	860.825	915.985

Exceto quando descrito de modo diverso nos itens a seguir, as variações das contingências entre os exercícios de 2018 e 2017 decorreram de atualização monetária.

a. Processos de IRPJ e CSLL

Processos administrativos instaurados entre 1994 e 2006 nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a determinação do lucro tributável, a utilização do IRPJ estimativa, bem como a compensação de impostos pagos por controladas no exterior. A Companhia apresentou defesa sustentando que a apuração fiscal foi realizada de forma adequada.

b. Créditos de PIS e COFINS

Processos administrativos e judiciais nos quais a Receita Federal do Brasil questiona a Companhia, na maior parte dos casos, pela: (i) utilização de créditos gerados nas aquisições de insumos nos períodos entre os anos de 2004 e 2011; e (ii) apropriação de créditos extemporâneos. A Companhia apresentou defesas administrativas e judiciais demonstrando a pertinência dos creditamentos em atendimento à legislação tributária.

c. Créditos de ICMS

Processos administrativos e judiciais, de iniciativa dos fiscos estaduais de São Paulo e de Santa Catarina, dos anos de 2008 a 2013, nos quais são questionados determinados creditamentos de ICMS realizados pelos estabelecimentos de Mauá e de Joinville. Em todos os processos, a Companhia tem demonstrado a pertinência dos creditamentos realizados em atendimento à legislação tributária.

d. Débitos fiscais prescritos

Cobranças fiscais administrativas e judiciais promovidas pela União relativa a supostas compensações de débitos com Crédito-Prêmio de IPI. A Companhia está se defendendo, no âmbito administrativo e judicial, arguindo a prescrição dos referidos débitos, nos termos da jurisprudência dos tribunais superiores.

e. Processo de natureza aduaneira

Processo administrativo instaurado em 2006 no qual a Receita Federal do Brasil exige da Companhia multa correspondente ao valor aduaneiro de mercadorias relativamente à importação de insumo. Em sua defesa, a Companhia sustenta e evidencia a licitude das operações descritas na autuação, bem como demonstra que parte das mercadorias listadas na autuação sequer foram destinadas à Companhia.

f. Processos de natureza previdenciária

Processos administrativos e judiciais, dos anos de 1998 e 2008, de iniciativa da Receita Federal do Brasil, preponderantemente relacionados à contribuição previdenciária denominada Risco Ambiental do Trabalho, bem como relacionados à supostos débitos relativos às contribuições previdenciárias incidentes sobre a folha de pagamento e devidos por prestadores de serviço (responsabilidade subsidiária). Em todos os processos, a Companhia demonstra que os procedimentos fiscais adotados estão em plena consonância com a legislação tributária.

A variação, além do efeito da variação monetária, se refere a débitos previdenciários excluídos de anistia fiscal pelo fisco federal.

g. Processos de natureza trabalhista

São processos movidos por ex-empregados e ex-representante comercial em trâmite na Justiça do Trabalho, pleiteando indenizações e verbas trabalhistas supostamente devidas pela Companhia.

A variação decorre de novas ações trabalhistas ajuizadas por ex-empregados em desfavor da Companhia, de alteração de probabilidade de perda de processos já existentes refletindo o status dos processos e de atualizações de valores das contingências.

h. Processo de natureza cível

Os processos cíveis versam, em geral, sobre controvérsias com ex-fornecedores da Companhia.

19. CAPITAL SOCIAL, AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL, RESERVAS E DESTINAÇÃO DOS RESULTADOS

a) Capital social

	dez/18		dez/17	
Composição do Capital Social em quantidade de ações	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas controladores				
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.	40.645.370	28,2%	40.645.370	28,2%
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI.	37.314.154	25,9%	37.536.454	26,0%
Administradores	85.744	0,1%	41.589	0,0%
Ações em tesouraria	13.527	0,0%	-	0,0%
Acionistas não controladores				
Amundi AM London Branch (Antiga Pioneer Funds)	4.236.320	2,9%	7.625.500	5,3%
Fundação Embratel de Seguridade Social - TELOS	-	0,0%	7.744.156	5,4%
Demais acionistas	61.882.385	42,9%	50.584.431	35,1%
Total de acões em circulacão	144.177.500	100,0%	144.177.500	100,0%

O capital autorizado é limitado a R\$1.200.000, representado por ações ordinárias escriturais nominativas, sem valor nominal.

A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

b) Recompra de ações

Ações ordinárias adquiridas para atender o exercício de opções por parte dos beneficiários do Plano de outorga de opção de compra de ações. Esta operação foi realizada conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de setembro de 2017. Nesta data foi definido que o programa de recompra teria vigência até 28 de dezembro de 2018, e seria para aquisição de até 233.000 ações ordinárias.

	Valor (R\$ mil)	Quantidade de ações	Valor médio por ação
Posição em 31 de Dezembro de 2016	-	-	-
Recompra de ações no exercício (i)	740	41.585	17,80
Utilizadas no período do plano de remuneração			
em ações (ii)	(740)	(41.585)	17,80
Posição em 31 de Dezembro de 2017	-	-	
Recompra de ações no exercício (iii)	1.809	89.898	20,12
Utilizadas no período do plano de remuneração			
em ações (ii)	(1.517)	(76.371)	19,86
Posição em 31 de Dezembro de 2018	292	13.527	21,56

- (i) Corresponde a recompras efetuadas no período com o objetivo de lastrear o plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração, cujo menores e maiores preços obtidos foram R\$17,79 e R\$17,82 respectivamente.
- (ii) Ações utilizadas no exercício de outorga previsto pelo "Programa para a outorga de opções de compra de ações".
- (iii) Corresponde a recompras efetuadas no período com o objetivo de lastrear o plano de Incentivos de Longo Prazo (ILP). As recompras foram efetuadas conforme regras aprovadas pelo Conselho de Administração, cujo menores e maiores preços obtidos foram R\$18,85 e R\$21,58 respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2018, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$292.

c) Opções de compra de ações

Em novembro de 2014, a Assembleia Geral aprovou o plano de outorga de ações aos diretores estatutários da Companhia e ao atual Presidente do Conselho de Administração (Beneficiários), como Incentivos de Longo Prazo (ILP). O plano de opções da Companhia tem como objetivos principais (i) alinhar os interesses dos beneficiários aos dos acionistas da Companhia, (ii) motivar e reconhecer os participantes, (iii) atrair, e principalmente, reter talentos. Além do programa Anual de outorga de

opção de compra ou de subscrição de ações, poderá ser aprovado programa Adicional de outorga de opção de compra ou de subscrição de ações.

As opções estão outorgadas aos Beneficiários com um preço de aquisição ou de exercício equivalente à média das cotações em Bolsa de Valores (ponderada pelo volume) dos últimos 30 dias anteriores à data de outorga da opção.

Os Beneficiários poderão exercer as opções que lhes foram outorgadas, após 3 anos contados a partir da data da outorga (*Vesting*), observado que as opções de compra de ações (i) serão exercidas de forma escalonada, sendo 33% no 3º ano, 33% no 4º ano e 34% no 5º ano, e (ii) devem ser exercidas em até 8 meses após a aquisição de cada direito de exercício ou até o dia 31 de dezembro (ou no dia útil anterior, caso a referida data não seja dia útil), de cada ano no qual o Beneficiário tenha adquirido o referido direito, o que ocorrer primeiro (Prazo de Exercício), observado que se houver restrição de negociação de ações de nossa emissão durante o Prazo de Exercício, o término do Prazo de Exercício será postergado na mesma quantidade de dias objeto da restrição. Todos os beneficiários exerceram suas opções de compra durante os períodos em que as janelas de exercício estiveram abertas. Para atender o exercício das opções a Companhia abriu programa de recompra de ações para liquidação de tal obrigação.

	Quantidade de opções					
	Outorgas	Exercício	Cancelamentos(*)	Opções de ações em circulação	Opções de ações exercíveis	Preço médio de exercício (R\$)
(a) Outorga concedida em 11.04.2014	738.668	(474.185)	(45.031)	219.452	-	19,81
(b) Outorga concedida em 11.04.2014	123.327	(123.327)	-	-	-	17,80
(a) Outorga concedida em 11.04.2015	788.060	(294.394)	-	493.666	-	20,44
(a) Outorga concedida em 11.04.2016	737.416	-	-	737.416	-	
Posição em 31 de Dezembro de 2018	2.387.471	(891.906)	(45.031)	1,450,534	-	

(*) Os cancelamentos referem-se a ações outorgadas a beneficiários desligados da Companhia.

- (a) Programa Anual.
- (b) Programa Adicional.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

É composto pela variação cambial na conversão dos balanços patrimoniais das controladas que operam com moeda funcional diferente da moeda de apresentação dessas demonstrações financeiras, conforme relação divulgada nota 2.2, e impactos informados na nota 12, tendo como contrapartida o resultado do hedge de investimento líquido no exterior. (nota 31 b)

Também estão refletidos os saldos de reavaliações de ativos efetuadas em 1990 nas contas de terrenos e edificações e em 2005 na conta de máquinas e equipamentos. O saldo residual das respectivas reservas em 31 de dezembro de 2018 é R\$10.712 (R\$11.166 em 2017) e R\$31.106 (R\$40.301 em 2017) que foi admitido como parte integrante do valor do custo dos respectivos bens. A realização contra a conta de lucros acumulados ocorre na proporção da depreciação dos ativos correspondentes, quando aplicável.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Reserva para investimentos

É constituída em montante não inferior a 5% do lucro líquido até o limite de 50% do capital social, apurado em cada exercício social e o saldo, em conjunto com as demais reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá exceder o valor do capital social.

Reserva para investimentos						
	Constituição	Distribuição	Capitalização	Saldo	Expansão (*)	
2007	46.963	-	-	46.963	-	
2008	131.295	-	-	178.258	79.864	
2009	98.886	-	-	277.144	65.776	
2010	97.440	-	-	374.584	61.080	
2011	125.014	-	-	499.598	135.133	
2012	48.220	-	(138.656)	409.162	109.035	
2013	71.646	-	-	480.808	93.427	
2014	73.887	-	-	554.695	84.364	
2015	118.151	-	-	672.846	42.931	
2016	(169.375)	(100.358)	-	403.113	20.046	
2017	156.651	(200.000)	-	359.764	36.052	
2018	268.948	(162.500)	-	466.212	43.200	
	·		·	466.212	770.908	

^(*) Referem-se aos investimentos estratégicos para expansão da capacidade produtiva.

f) Destinação dos resultados

É assegurado aos acionistas, por meio do estatuto social da Companhia, dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, de acordo com o artigo 202 da Lei n° 6.404/76.

Em 2018, R\$268.948 foram destinados à conta de reserva para investimentos (R\$156.651 em 2017), incorporando a base utilizada para distribuição de dividendos de competência de 2018.

As distribuições realizadas nos exercícios de 2018 e 2017 foram suportadas por reservas de lucros, do sub grupo de reservas para investimentos, e foram imputadas ao dividendo mínimo obrigatório de acordo com o estatuto social da Companhia na forma do art. 202 da Lei 6.404/76. Os valores distribuídos são superiores ao mínimo obrigatório devido.

Os valores dos dividendos e Juros sobre o capital distribuídos aos acionistas durante os exercícios de 2017 e 2018, ou passivos constituídos nos finais de cada um dos anos, foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia em reuniões realizadas em 28/03/2017, 13/03/2018 e 07/11/2018.

As tabelas a seguir apresentam a forma utilizada (Juros sobre o Capital Próprio – JCP ou Dividendos), as datas das deliberações do Conselho de Administração, as datas dos pagamentos, os valores brutos e líquidos de IRRF e os valores por ação.

Tabela demonstrativa do cálculo dos dividendos de 2018 e 2017

	2018	2017
Base de cálculo dos dividendos		
Reservas para investimentos	359.764	403.113
Lucro líquido do exercício	271.721	153.401
Realização do ajuste de avaliação patrimonial	9.649	9.748
Reversão plano de ações	1.164	1.172
Constituição de reserva legal - 5% do lucro líquido	(13.586)	(7.670)
	628.712	559.764
Proposta de distribuição		
Juros sobre o capital próprio, bruto	103.377	108.653
Dividendos	59.123	91.347
	162.500	200.000
		Ordinárias
Valores unitários por ação		
Juros sobre o capital próprio e dividendos, bruto	1,12708	1,38718
	1,12708	1,38718

Tabela demonstrativa da deliberação e pagamento dos dividendos de 2018 e 2017

Dividendos 20)18				
Data da		Valor	Valor	Valor	Data de
deliberação		bruto	por ação	líquido	pagamento
13.03.18	JCP	37.500	0,26010	34.275	25.05.18
13.03.18	JCP	37.500	0,26010	34.154	24.08.18
13.03.18	JCP	28.377	0,19682	25.586	26.11.18
13.03.18	Dividendos	9.123	0,06328	9.123	26.11.18
07.11.18	Dividendos	12.500	0,08670	12.500	26.11.18
14.03.19	Dividendos	37.500	0,26010	37.500	28.03.19
		162.500	1,12708	153.138	•

Dividendos 20 Data da	17	Valor	Valor	Valor	Data de
deliberação	Forma	bruto	por ação	líquido	pagamento
28.03.17	JCP	50.000	0,34679	46.071	26.06.17
28.03.17	JCP	50.000	0,34679	45.933	31.08.17
28.03.17	JCP	8.653	0,06002	7.944	30.11.17
28.03.17	Dividendos	41.347	0,28678	41.347	30.11.17
28.03.17	Dividendos	50.000	0,34679	50.000	28.03.18
		200.000	1,38718	191.295	·

20. RECEITAS

Abaixo apresentamos a conciliação das receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	Controla	Controladora		lado
	2018	2017	2018	2017
Receita bruta para fins fiscais	2.833.104	2.372.549	5.169.866	3.961.866
Devoluções e abatimentos	(33.419)	(37.740)	(110.192)	(84.901)
Receitas líquidas de devoluções e abatimentos	2.799.685	2.334.809	5.059.674	3.876.965
Impostos sobre vendas	(231.458)	(170.814)	(231.458)	(170.814)
Receitas	2.568.227	2.163.995	4.828.216	3.706.151
Receitas				
Mercado Interno	832.714	653.451	832.714	653.451
Mercado Externo	1.735.513	1.510.544	3.995.502	3.052.700
	2.568.227	2.163.995	4.828.216	3.706.151

Com a redução da alíquota do Reintegra, que a partir do mês de junho de 2018 passou de 2,0% para 0,1% sobre o montante das receitas oriundas de exportação, a Companhia deixou de reconhecer créditos no montante de R\$20.180 no acumulado do ano.

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Abaixo, apresentamos a composição dos custos e despesas por natureza, conciliadas com os custos e despesas por função apresentadas na demonstração do resultado do exercício:

	Control	Controladora		Consolidado		
	2018	2017	2018	2017		
Matéria prima e materiais de processo	(1.132.049)	(888.689)	(2.285.661)	(1.590.434)		
Materiais de manutenção e consumo	(173.533)	(192.619)	(384.441)	(366.001)		
Salários, encargos e participação nos resultados	(567.425)	(486.847)	(929.703)	(736.844)		
Benefícios sociais	(90.878)	(97.891)	(92.167)	(105.190)		
Energia elétrica	(115.451)	(129.722)	(220.804)	(210.384)		
Fretes e comissões sobre vendas	(80.266)	(70.948)	(135.028)	(107.872)		
Honorários da administração	(10.786)	(11.624)	(10.786)	(11.624)		
Outros custos	(30.684)	(28.824)	(92.561)	(56.653)		
	(2.201.072)	(1.907.164)	(4.151.151)	(3.185.002)		
Depreciação e amortização	(137.915)	(148.956)	(229.583)	(215.398)		
Total de custos e despesas	(2.338.987)	(2.056.120)	(4.380.734)	(3.400.400)		
Custo dos produtos vendidos	(2.093.923)	(1.834.042)	(4.032.290)	(3.099.966)		
Despesas com vendas	(112.267)	(97.979)	(185.599)	(151.530)		
Despesas administrativas	(122.012)	(112.475)	(152.060)	(137.280)		
Honorários da administração	(10.785)	(11.624)	(10.785)	(11.624)		
Total de custos e despesas	(2.338.987)	(2.056.120)	(4.380.734)	(3.400.400)		

A partir de setembro a Companhia está adotando o procedimento previsto na Lei 13.670/18, o qual prevê a reoneração da folha de pagamento, cujo impacto no exercício é da ordem de R\$20.500.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	Controla	dora	Consolidado		
Resultado financeiro	2018	2017	2018	2017	
Passivos financeiros ao custo amortizado	(97.946)	(130.739)	(95.991)	(129.203)	
Empréstimos	(97.659)	(130.784)	(95.704)	(129.248)	
Títulos a pagar e outros passivos financeiros	(287)	45	(287)	45	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	(813)	183	(813)	183	
Crédito Prêmio IPI (nota 7)	(813)	183	(813)	183	
Outras despesas financeiras	(13.098)	(15.751)	(17.517)	(20.609)	
Total das despesas financeiras	(111.857)	(146.307)	(114.321)	(149.629)	
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	45.277	(203)	45.277	(203)	
Créditos Eletrobrás (nota 10)	44.930	-	44.930	-	
Investimentos em instrumentos patrimoniais	347	(203)	347	(203)	
Ao custo amortizado	19.849	69.761	19.849	69.761	
Caixa e equivalentes de caixa	19.849	69.761	19.849	69.761	
Créditos tributários e outras receitas financeiras	20.324	32.030	24.515	36.028	
Total das receitas financeiras	85.450	101.588	89.641	105.586	
Variações monetárias e cambiais, líquidas					
Variações monetárias e cambiais	13.925	(2.815)	12.576	(13.551)	
Resultado com operações de <i>Hedge</i>	(5.462)	818	(511)	1.386	
Variações monetárias e cambiais, líquidas	8.463	(1.997)	12.065	(12.165)	
Resultado financeiro, líquido	(17.944)	(46.716)	(12.615)	(56.208)	

Com a adoção da IFRS 9 a partir de 01 de janeiro de 2018 os ajustes oriundos de Caixa e equivalentes de caixa classificados anteriormente como Empréstimos e Recebíveis, passaram a ser classificados como Custo Amortizado.

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Atualização valores a receber Eletrobrás (nota 10)	128.736	-	128.736	-
Ajuste valores a receber Eletrobrás (nota 10)	(104.862)	-	(104.862)	-
Constituição e atualização de provisões	(54.779)	(45.887)	(54.648)	(42.991)
Impairment ICMS recuperar SC (nota 7)	(45.567)	-	(45.567)	-
Impairment Crédito prêmio de IPI 1988/1990 (nota 7)	(30.126)	-	(30.126)	-
Resultado na baixa de bens do imobilizado	(894)	2.439	(6.976)	2.353
Reestruturação parcial filial Mauá	-	(44.141)	-	(44.141)
Reconhecimento de créditos extemporâneos PIS / COFINS (nota 7)	50.245	-	50.245	-
Reconhecimento reintegra (nota 7)	8.582	-	8.582	-
Resultado na venda de inservíveis e de ferramentais de				
terceiros e outros	(20.011)	598	(6.820)	2.735
	(68.676)	(86.991)	(61.436)	(82.044)
Depreciação de ativos não operacionais	(725)	(704)	(728)	(706)
Amortização de ativos intangíveis	-	-	(49.066)	(41.157)
Total de outras despesas operacionais, líquidas	(69.401)	(87.695)	(111.230)	(123.907)
Poverção (constituição) do impairment de interpaívois (note 15)			22 624	0.204
Reversão (constituição) de impairment de intangíveis (nota 15)	-	-	33.631	8.301
Total dos ajustes por impairment	-	-	33.631	8.301

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL NO RESULTADO

	Controladora		Consolid	ado
	2018	2017	2018	2017
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos fiscais	296.716	104.000	357.268	133.937
Alíquota de imposto de renda	34%	34%	34%	34%
Despesa à alíquota	(100.883)	(35.360)	(121.471)	(45.539)
Efeito fiscal de (adições) exclusões permanentes:				
Depreciação de ativos não operacionais	(247)	(239)	(247)	(239)
Equivalência patrimonial	52.639	44.382	-	-
Juros sobre o capital próprio	35.148	35.873	35.148	35.873
Incentivos fiscais Reintegra	4.665	9.671	4.665	9.671
Imposto adicional das empresas de serviços - México	-	-	(14.493)	(7.679)
Efeito da correção do ativo imobilizado	-	-	(2.563)	(369)
Receita financeira sobre ativos monetários	-	-	2.496	6.440
Efeito diferença de alíquota do Impairment	-	-	1.345	332
Imposto adicional das Subsidiárias	(12.511)	(554)	-	-
Demais (adições) exclusões permanentes	(3.806)	(4.372)	3.249	10.668
Efeitos fiscais lançados ao resultado antes de impactos cambiais	(24.995)	49.401	(91.871)	9.158
Alíquota de imposto de renda antes de impactos cambiais	8%	-48%	26%	-7%
Efeito da moeda funcional sobre base tributária (a)	-	-	6.324	10.306
Efeitos fiscais lançados ao resultado	(24.995)	49.401	(85.547)	19.464
Alíquota de imposto de renda - Efetiva	8%	-48%	24%	-15%

a) Efeito da moeda funcional sobre base tributária

As bases tributárias dos ativos e passivos das empresas localizadas no México, onde a moeda funcional é o Dólar norte americano, são mantidas em Pesos Mexicanos por seus valores históricos. As flutuações nas taxas de câmbio modificam as bases tributárias e consequentemente efeitos cambiais são reconhecidos como receitas e/ou despesas de imposto de renda diferido.

b) Composição do efeito fiscal lançado ao resultado do exercício:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Efeitos fiscais lançados ao resultado				
Imposto de renda e contribuição social correntes	(13.768)	36.261	(85.420)	(15.920)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(11.227)	13.140	(127)	35.384
	(24.995)	49.401	(85.547)	19.464

25. RESULTADO POR AÇÃO

a) Básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o período.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	271.721	153.401
Média ponderada de ações em circulação	144.177.500	144.177.500
Lucro básico por ação - R\$	1,88463	1,06397

b) Diluído:

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia oferece plano com opções de compras de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. O cálculo efetuado para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido emitidas pelo valor justo, o foi com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto.

	2018	2017
Lucro atribuível aos acionistas da Controladora	271.721	153.401
Média ponderada de ações em circulação	144.622.019	144.771.368
Lucro diluído por ação - R\$	1,87884	1,05961

26. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Companhia divulga as informações por segmento de negócio operacional, de acordo com aquelas informadas aos órgãos da administração para decisões sobre alocações de recursos e avaliações de desempenho, conforme descrito abaixo.

<u>Transporte, infraestrutura & agricultura</u> – Fabricação, sob encomenda, de produtos fundidos e usinados, com elevado conteúdo tecnológico, tais como componentes para sistemas de propulsão (blocos e cabeçotes), freio, transmissão, direção, eixo e suspensão de veículos, para fabricantes mundiais de motores, automóveis de passeio, veículos comerciais (caminhões, ônibus e outros), máquinas de construção, tratores, máquinas agrícolas e geradores de energia.

<u>Hidráulica</u> – Fabricação de conexões de ferro maleável para a indústria da construção, perfis de ferro fundido para uso diversificado e granalhas de ferro e aço (operação descontinuada a partir de agosto de 2017) para a indústria de beneficiamento de mármores e granitos.

Informações referentes aos segmentos reportados estão demonstradas a seguir:

a) Conciliação de receitas, custos, despesas e o lucro (prejuízo) líquido

	Transporte, in	fraestrutura				
Consolidado	& agricultura		Hidráulica		Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Receitas (nota 20)	4.596.221	3.499.328	231.995	206.823	4.828.216	3.706.151
Custos e despesas, exceto depreciação (nota 21)	(3.935.951)	(2.992.320)	(215.200)	(192.682)	(4.151.151)	(3.185.002)
Outras despesas operacionais líquidas, exceto amortização de						
intangíveis e depreciação (nota 23)	(58.303)	(79.785)	(3.133)	(2.259)	(61.436)	(82.044)
Depreciação e amortização	(271.150)	(247.319)	(8.227)	(9.942)	(279.377)	(257.261)
Impairment (nota 14)	33.631	8.301	-	-	33.631	8.301
Resultado antes do resultado financeiro	364.448	188.205	5.435	1.940	369.883	190.145
Resultado financeiro líquido (nota 22)					(12.615)	(56.208)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro					357.268	133.937
Imposto de renda e contribuição social (nota 24)					(85.547)	19.464
Lucro líquido do exercício					271.721	153.401

b) Conciliação dos custos e despesas por segmento

Transporte, infraestrutura						
Consolidado	& agricultura		Hidráu	lica	Total	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Matéria prima e materiais de processo	(2.184.200)	(1.505.287)	(101.461)	(85.147)	(2.285.661)	(1.590.434)
Materiais de manutenção e consumo	(370.385)	(350.841)	(14.056)	(15.160)	(384.441)	(366.001)
Salários, encargos e participação no resultado	(871.007)	(688.256)	(58.696)	(48.588)	(929.703)	(736.844)
Benefícios sociais	(90.196)	(98.002)	(1.971)	(7.188)	(92.167)	(105.190)
Energia elétrica	(204.456)	(194.062)	(16.348)	(16.322)	(220.804)	(210.384)
Depreciação	(221.356)	(205.456)	(8.227)	(9.942)	(229.583)	(215.398)
Fretes e comissões sobre vendas	(117.961)	(91.381)	(17.067)	(16.491)	(135.028)	(107.872)
Honorários da administração	(9.881)	(10.584)	(904)	(1.040)	(10.785)	(11.624)
Outros custos	(87.865)	(53.907)	(4.697)	(2.746)	(92.562)	(56.653)
	(4.157.307)	(3.197.776)	(223.427)	(202.624)	(4.380.734)	(3.400.400)

c) Conciliação de ativos e passivos

	Transporte, inf	raestrutura				
Consolidado	& agricu	ltura	Hidráulio	ca	Tota	l
ATIVO	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Contas a receber, líquidas (nota 4)	649.134	524.707	39.361	48.386	688.495	573.093
Estoques (nota 5)	463.688	363.814	59.935	55.678	523.623	419.492
Ferramentais de terceiros	162.445	102.000	-	-	162.445	102.000
Títulos a receber e outros	49.371	41.016	2.754	3.270	52.125	44.286
Imobilizado (nota 13)	1.499.084	1.472.024	58.208	37.212	1.557.292	1.509.236
Intangível (nota 14)	304.837	296.141	-	-	304.837	296.141
Outros ativos não alocados	-	-	-	-	1.619.374	1.664.908
Total ativo consolidado	3.128.559	2.799.702	160.258	144.546	4.908.191	4.609.156

	Transporte, infra	aestrutura				
Consolidado	& agricul	tura	Hidráulio	a	Tota	l
PASSIVO	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Fornecedores	591.463	433.705	29.829	28.760	621.292	462.465
Impostos e contribuições	29.703	23.634	309	296	30.012	23.930
Salários, encargos sociais e participações	153.952	128.854	10.007	8.881	163.959	137.735
Adiantamentos de clientes	146.685	54.899	13.039	9.098	159.724	63.997
Títulos a pagar e outros	71.013	64.298	6.513	6.002	77.526	70.300
Imposto diferido sobre intangíveis (nota 8)	61.760	57.346	-	-	61.760	57.346
Imposto de renda e contribuição social a pagar	8.992	7.318			8.992	7.318
Outros passivos não alocados	-	-	-	-	1.584.963	1.802.747
Patrimônio líquido	-	-	-	-	2.199.963	1.983.318
Total passivo consolidado	1.063.568	770.054	59.697	53.037	4.908.191	4.609.156

Os ativos e passivos dedicados são alocados diretamente aos segmentos. Para aqueles de uso comum, utilizam-se critérios conforme sua aplicabilidade ou origem. Por não estarem diretamente relacionados à operação, a Companhia não aloca aos segmentos reportados os ativos de caixa e equivalentes de caixa, impostos e contribuições a recuperar e diferidos, depósitos judiciais e outros e investimentos em outras empresas. Do lado do passivo, pelo mesmo motivo, não são alocados os financiamentos e empréstimos, financiamentos de impostos e encargos sociais, dividendos, provisões, impostos diferidos e outros passivos de longo prazo.

d) Clientes relevantes responsáveis por mais de 10% das receitas totais da Companhia

A Companhia possui um portfólio diversificado de clientes nacionais e internacionais. No segmento transporte, infraestrutura & agricultura existem clientes que individualmente representam mais de 10% das receitas consolidadas, conforme informações abaixo:

Consolidado - R\$ mil				
Receitas	2018	%	2017	%
Transporte, infraestrutura & agricultura	4.596.221	95,3	3.499.328	94,4
Cliente A	934.656	19,4	795.723	21,5
Cliente B	776.276	16,1	658.241	17,8
Cliente C	491.524	10,2	363.997	9,8
Demais clientes do segmento	2.393.765	49,6	1.681.367	45,4
Hidráulica	231.995	4,8	206.823	5,6
Total Receitas	4.828.216	100	3.706.151	100

A distribuição das vendas do segmento de hidráulica é pulverizada.

e) Informações acerca dos países em que a Companhia obtém receitas

As receitas provenientes de clientes atribuídos ao país sede e a cada país estrangeiro e sua participação nas receitas totais da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

	nso	ı٠	~~	_
CU	130	IIU	au	u

	2018	%	2017	%
América do Norte	3.078.749	63,7	2.329.124	62,9
Estados Unidos	1.569.619	32,5	1.214.650	32,8
México	1.460.137	30,2	1.062.175	28,7
Canadá	48.993	1,0	52.299	1,4
América do Sul e Central	866.779	17,9	683.621	18,4
Brasil - País Sede	832.714	17,2	653.451	17,6
Outros países	34.065	0,7	30.170	0,8
Europa	599.790	12,4	423.829	11,4
Reino Unido	273.919	5,7	223.727	6,0
Hungria	77.120	1,6	75.321	2,0
Itália	61.111	1,3	30.098	0,8
Holanda	50.659	1,0	29.602	0,8
Suécia	44.287	0,9	-	-
Espanha	40.193	0,8	20.767	0,6
Alemanha	20.052	0,4	26.965	0,7
Outros países	32.449	0,7	17.349	0,5
Ásia, África e Oceania	282.898	6,0	269.577	7,3
África do Sul	103.593	2,1	93.354	2,5
Tailândia	66.876	1,4	57.926	1,6
Japão	58.169	1,2	44.116	1,2
China	34.138	0,7	55.825	1,5
Outros países	20.122	0,6	18.356	0,5
Total	4.828.216	100,0	3.706.151	100,0

f) Ativo não circulante

Ativos não circulantes nesse caso correspondem a investimentos em instrumentos patrimoniais, propriedades para investimentos, imobilizado e ativos intangíveis e sua participação nos ativos não circulantes da Companhia para o exercício estão compostas abaixo:

Ativos não circulantes	2018	2017
Brasil - País Sede	1.048.466	1.130.002
México	828.266	688.597
Outros países(*)	63	84
Total	1.876.795	1.818.683

(*) Estados Unidos e Alemanha

27. TRANSAÇÕES QUE NÃO IMPACTARAM NO CAIXA

A Companhia realizou transações que não impactaram o caixa, provenientes de atividades de investimento e, portanto, não foram refletidas nas demonstrações de fluxo de caixa. Os montantes destas transações somaram R\$22.576 em 31 de dezembro de 2018 (R\$8.200 em 31 de dezembro de 2017).

28. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota uma política de seguros que considera a natureza e o grau de riscos envolvidos, de acordo com a orientação de seus consultores de seguros, e que a Administração entende como adequados.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

Os riscos cobertos contemplam os seguintes itens e valores correspondentes:

	dez/18	dez/17
Prédios e edificações	476.681	404.650
Máquinas e equipamentos, móveis e utensílios	2.983.952	2.820.195
Estoques	339.423	259.547
Lucros cessantes	822.441	681.400
Responsabilidade civil geral	181.244	164.240
Responsabilidade civil administradores	63.875	63.308

29. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos para aquisição de ativos de longa duração, contratados na data do balanço, mas ainda não incorridos, no montante consolidado de R\$50.173 (R\$20.889 em 31 de dezembro de 2017), os quais serão liquidados com recursos próprios.

30. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

		Controladora		Consolic	lado
Nota	explicativa	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Custo amortizado		724.466	1.030.241	1.495.524	1.533.981
Caixa e equivalentes de caixa	3	328.350	667.827	713.733	865.368
Contas a receber	4	329.043	280.213	688.495	573.093
Títulos a receber e outros ativos financeiros		67.073	82.201	93.296	95.520
Impacto no resultado no período		19.808	69.305	20.473	68.156
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado	do	179.544	104.303	189.929	107.570
Aplicações financeiras		-	1.077	-	1.077
Créditos Eletrobras		170.974	102.170	170.974	102.170
Investimentos em instrumentos patrimoniais	5	1.789	1.442	8.303	6.762
Instrumentos financeiros derivativos		6.781	(386)	10.652	(2.439)
Impacto no resultado no período		45.277	(203)	45.277	(203)
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.865.734	2.036.013	2.148.158	2.211.816
Fornecedores		260.607	216.687	621.292	462.465
Financiamentos e empréstimos	15	1.413.679	1.628.339	1.406.923	1.621.556
Dividendos e juros sobre capital próprio		37.624	50.076	37.624	50.076
Títulos a pagar e outros passivos financeiros		153.824	140.911	82.319	77.719
Impacto no resultado no período		(97.946)	(130.739)	(95.991)	(129.203)

^(*) Inclui a provisão para perdas com recebíveis

Com a adoção da IFRS 9 a partir de 01 de janeiro de 2018 os montantes de Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e títulos a receber e outros ativos financeiros classificados anteriormente como Empréstimos e Recebíveis, passaram a ser classificados como Custo Amortizado.

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E HEDGE DE INVESTIMENTO LÍQUIDO NO EXTERIOR

a) Instrumentos financeiros derivativos

Com o objetivo de minimizar os impactos da variação cambial no fluxo de caixa e resultado financeiro, a Companhia contratou e permanece contratando instrumentos financeiros derivativos desde 01 de julho de 2016. Os instrumentos utilizados pela Companhia nestas operações foram: (i) zero-cost collar, que consiste na compra de uma opção de venda "PUT" e na venda de uma opção de compra "CALL", as operações possuem o mesmo valor nocional, mesma contraparte, mesmo vencimento e inexiste prêmio líquido, (ii) compra de opção de venda "PUT", e, (iii) venda de NDF, que consiste na venda futura de moeda a uma taxa pré-definida. O valor justo destes instrumentos é determinado pelo modelo de precificação de mercado observável (por meio de provedores de informações de mercado) e amplamente utilizado pelos participantes de mercado para mensuração de instrumentos similares.

i. Controladora

Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros derivativos na modalidade "zero-cost collar" na Companhia somavam US\$136.400 com vencimentos até 23 de dezembro de 2019. Estes são compostos pela compra de "PUT" com preço médio ponderado de exercício de R\$3,8147 e vendas de "CALL" com preço médio ponderado de exercício de R\$4,3700.

No período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu em seu resultado financeiro despesa líquida de R\$5.462, sendo pagamento de R\$12.629 de ajustes provenientes da liquidação dos contratos no período e ganho de R\$7.167 pela marcação a mercado desses instrumentos.

ii. Subsidiárias

No ano de 2017 a Companhia passou a contratar instrumentos derivativos nas Subsidiárias Mexicanas, em função da exposição cambial destas ao Peso Mexicano. Em 31 de dezembro de 2018, os instrumentos financeiros somavam US\$74.500 em operações de "zero-cost collar" com vencimentos até 04 de dezembro de 2019. Os quais consistem em compra de "PUT" com preço médio ponderado de exercício de MXN19,4864 e vendas de "CALL" com preço médio ponderado de exercício de MXN23,1444.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as subsidiárias mexicanas reconheceram em seu resultado financeiro ganho de R\$4.951, dos quais R\$1.039 provenientes de recebimento de ajustes na liquidação dos contratos derivativos vincendos no período, ganho de R\$5.924 do reconhecimento pela marcação a mercado destes instrumentos e R\$66 pela variação cambial desta marcação a mercado.

Abaixo estão demonstrados a posição líquida em aberta em 31 de dezembro de 2018:

	Controlac	Controladora		Consolidado	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17	
Passivo circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	-	(404)	(160)	(2.457)	
Ativo circulante					
Instrumentos financeiros derivativos	6.781	18	10.812	18	
Posição líquida de instrumentos derivativos	6.781	(386)	10.652	(2.439)	

b) Hedge de investimento líquido no exterior

Com o objetivo de atenuar os impactos da volatilidade cambial nos resultados, em 10 de janeiro de 2014, a Companhia passou a adotar o *hedge* de investimento líquido no exterior (*net investment hedge*).

Em 22 de julho de 2014 a Companhia designou o contrato de pré-pagamento de exportações – Tupy Overseas S.A. (nota 15) no montante de US\$349.000, equivalente então a R\$772.302 como instrumento de *hedge* para os investimentos nas controladas no México.

Dessa forma em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui contratos de pré-pagamento de exportação no montante de US\$349.000 equivalentes R\$1.352.305 designados como instrumentos de *hedge* para os investimentos nas controladas do México, Tupy México Saltillo, S.A. de C.V. e Technocast, S.A. de C.V., que têm como moeda funcional o dólar norte americano (US\$) e possuem ativos líquidos de US\$378.815, valor equivalente a R\$1.467.833, que representa uma efetividade de 92,1%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu em ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, perda de R\$197.810 provenientes da conversão dos contratos de pré-pagamento designados como instrumentos de *hedge*.

32. GERENCIAMENTO DO RISCO FINANCEIRO

A Companhia possui uma política de gestão financeira e normas internas monitoradas pela área de Riscos e Controles internos que, que determinam práticas de identificação, monitoramento e controle de exposição à riscos financeiros.

32.1 Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e de equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, aplicações financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A gestão do risco de crédito de recebíveis de clientes é realizada através de avaliação conjunta da capacidade de pagamento, índice de endividamento, comportamento de mercado e histórico junto à Companhia, que estabelece os limites individuais de crédito. Adicionalmente, a Companhia realiza análise quantitativa e qualitativa da carteira de títulos a receber, para determinar a provisão para perdas em recebíveis. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia e suas controladas possuíam perdas esperadas em relação às contas a receber de clientes de R\$1.941 (R\$2.359 em 31 de dezembro de 2017), que representava 0,3% do saldo de contas a receber consolidado em aberto naquela data (0,4% em 31 de dezembro de 2017).

A Companhia não detém nenhuma garantia para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	Controladora		Consolidado	
	dez/18	dez/17	dez/18	dez/17
Contrapartes com classificação externa de crédito*				
Caixa e equivalentes de caixa	328.350	667.827	713.733	865.368
AAA	41.217	-	50.233	2.109
AA+ / AA / AA-	243.938	562.736	445.010	693.159
A+ / A / A-	43.195	91.762	218.400	144.865
Outros	-	13.329	90	25.235
Aplicações financeiras	-	1.077	-	1.077
AAA	-	1.077	-	1.077
Ativos financeiros derivativos	6.781	18	10.812	18
AA+ / AA / AA-	6.781	18	10.812	18
Créditos Eletrobrás	170.974	102.170	170.974	102.170
A-	170.974	102.170	170.974	102.170
Contrapartes sem classificação externa de crédito				

Contrapartes sem classificação externa de crédito				
Contas a receber	329.043	280.213	688.495	573.093
Risco baixo	319.585	266.882	672.140	554.555
Risco moderado	9.160	12.572	16.057	12.572
Risco alto	298	759	298	5.966
Outros ativos financeiros	68.862	83.643	101.599	102.282
Total	897.229	1.134.948	1.674.801	1.643.990

^(*) A Companhia considera, para classificação do risco, o menor rating entre as agências classificadoras.

Os valores de contas a receber de clientes apresentam as seguintes classificações de risco:

Risco baixo, clientes do segmento de transporte, infraestrutura & agricultura, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas .

Risco moderado, clientes do segmento de hidráulica, exceto clientes que já apresentaram perdas históricas.

Risco alto, clientes que possuem saldos provisionados e/ou perdas históricas.

Os outros ativos financeiros mantidos pela Companhia são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

32.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco relacionado a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração deste risco é a manutenção de caixa mínimo.

A Companhia é contraparte em alguns contratos de financiamento, que exigem a manutenção de índices financeiros, ou o cumprimento de outras cláusulas específicas. A principal operação, os *Senior Unsecured Notes* emitidos em 2014 exigem que a Companhia atenda ao índice financeiro Dívida Líquida/EBITDA, caso não seja cumprido, pode impor restrições, as quais estão detalhadas na nota 15.

Visando garantir liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações sem causar perdas ou prejudicar as operações da Companhia, o caixa mínimo equivale à projeção de dois meses de pagamento a fornecedores, salários e encargos deduzindo os recebimentos com deságio de 50%, mais o saldo de empréstimos e financiamentos de curto prazo, líquido de instrumentos derivativos. Além disso, a Companhia administra sua carteira de aplicações observando critérios de concentração em instituições financeiras, bem como de seus *ratings* globais e locais.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros:

Consolidado	Fluxo de caixa contratual					
PASSIVOS FINANCEIROS	6 meses ou menos	6 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total do fluxo
Financiamentos e empréstimos	47.801	47.730	95.249	278.420	1.446.628	1.915.828
Instrumentos financeiros derivativos	160	-	-	-	-	160
Fornecedores, Títulos a pagar e outros	698.818	-	-	-	-	698.818
Dividendos a pagar	37.624	-	-	-	-	37.624
	784.403	47.730	95.249	278.420	1.446.628	2.652.430

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. Além disso, a Companhia apresenta geração de caixa suficiente para fazer frente ao fluxo de pagamentos futuros.

32.3 Risco de mercado

As políticas econômicas do Governo Federal Brasileiro podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, inclusive sobre a Tupy, bem como sobre as condições de mercado e os preços dos valores mobiliários das empresas brasileiras. Considerando a natureza dos negócios e operações da Companhia, nível de exportação e distribuição das vendas por mercado, uma desaceleração da economia norte-americana, principalmente no setor automotivo, poderá reduzir as vendas e as receitas e, consequentemente, a lucratividade da Companhia.

Os principais fatores de risco de mercado aos quais está exposta estão relacionadas a: Taxa de Câmbio, Taxa de Juros, Inflação nos principais insumos, Risco de Crédito e Risco de Liquidez. A Companhia atua,

administrando suas exposições a estes fatores, mantendo-os dentro de parâmetros aceitáveis de forma a otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre das aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia. Os instrumentos financeiros com taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de oscilação do fluxo de caixa e os pré-fixados a expõem ao risco de valor justo, podendo a Companhia utilizar-se de instrumentos financeiros derivativos, conforme segue:

Consolidado			
	Nota explicativa	dez/18	dez/17
Instrumentos de taxa variável		282.751	526.579
Ativos financeiros		282.751	639.656
Passivos financeiros	15	-	(113.077)
Instrumentos de taxa fixa		(978.396)	(1.189.429)
Ativos financeiros		428.527	221.728
Passivos financeiros	15	(1.406.923)	(1.411.157)

Análise de sensibilidade das variações nas taxas de juros variável

A Companhia possui aplicações financeiras expostas à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário). A oscilação na taxa de juros pode impactar os resultados futuros da Companhia. Apresentamos, a seguir, os impactos que seriam gerados pela oscilação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta.

Risco da Taxa de Juros							Consolidado
		Cenários - Instrução Normativa nº 475					
Instrumentos de taxa variável	Risco	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Em Reais							
Aplicações	Taxa de Juros (CDI - % a.a)	6,40	6,40	8,00	9,60	4,80	3,20
Ativos Financeiros		282.751	282.751	282.751	282.751	282.751	282.751
Impacto Potencial		-	-	4.252	8.504	(4.317)	(8.767)

Risco de moeda

A Controladora está sujeita ao risco de moeda nas vendas, compras e empréstimos denominados em uma moeda diferente da moeda funcional, o Real. As transações em moeda estrangeira são predominantemente denominadas em dólares norte americano (US\$).

Adicionalmente, dada a relevância das operações da Companhia no México, a desvalorização do Peso Mexicano tem impacto no cálculo do imposto sobre a renda, haja visto a moeda funcional das subsidiárias no México ser o dólar norte americano, a variação cambial líquida proveniente dos ativos e passivos monetários em dólar impacta diretamente a base de cálculo desse imposto, cujo efeito no exercício de 2018 foi R\$6.324 no valor do imposto.

A Companhia administra sua exposição às taxas de câmbio através da composição entre dívidas, aplicações financeiras, contas a receber, receitas de exportações em moeda estrangeira, e o *hedge* de investimento líquido no exterior. A exposição da Companhia, considerando as controladas que utilizam o Real (R\$) como moeda funcional, está demonstrada a seguir:

Controladora	Note eveliantive	dez/18	do-/17
Exposição líquida com impacto no resultado	Nota explicativa		dez/17
Ativo		273.729	215.544
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	3	43.405	24.534
Clientes no mercado externo	4	230.324	191.010
Passivo		(188.722)	(172.013)
Empréstimos em moeda estrangeira	15	(1.395.346)	(1.196.405)
Hedge de investimento líquido no exterior	31	1.352.305	1.154.492
Outros valores		(145.681)	(130.100)
Exposição líquida com impacto no resultado			
Em R\$ mil		85.007	43.531
Em US\$ mil		21.938	13.159

A exposição da Companhia, considerando as controladas que têm moeda funcional em Dólar (US\$), está demonstrada a seguir:

Subsidiárias		
Exposição líquida com impacto no resultado	dez/18	dez/17
Ativo	62.128	73.255
Caixa e equivalentes de caixa no exterior	8.450	14.042
Clientes no mercado externo	4.744	775
Impostos a restituir	48.933	58.438
Passivo	(214.505)	(159.179)
Contas a pagar	(85.319)	(65.163)
Outros valores	(129.187)	(94.017)
Exposição líquida com impacto no resultado		
Em R\$ mil	(152.377)	(85.924)
Em MXP mil	(794.460)	(510.845)

Análise de sensibilidade da Exposição Cambial

Controladora

Esta análise é baseada na variação da taxa de câmbio, de acordo com a instrução normativa CVM nº 475, na qual a variável de risco é avaliada com oscilação de 25% e 50%, em relação ao cenário provável estimado pela Companhia. Esta análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

Consolidado	lidado Cenários - Instrução Normativa CVM nº 475					nº 475
	Divulgado	Provável	+25%	+50%	-25%	-50%
Taxa do dólar	3,8748	3,7500	4,69	5,63	2,81	1,88
Posição ativa	273.729	264.913	331.317	397.722	198.508	132.810
Posição passiva	(188.722)	(182.643)	(228.426)	(274.209)	(136.861)	(91.565)
Exposiçao líquida (R\$ mil)	85.007	82.270	102.891	123.513	61.647	41.245
Exposiçao líquida (US\$ mil)	21.938	21.939	21.938	21.938	21.938	21.939
Impacto Potencial (R\$ mil)	-	(2.737)	17.884	38.506	(23.360)	(43.762)

Risco de preço

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo produtivo, principalmente as sucatas, o ferro gusa, as ligas metálicas, o coque e a energia elétrica. Essas oscilações de preços podem provocar alterações nos custos da Companhia. A Companhia monitora os mesmos para refletir, em seus preços de venda, as eventuais oscilações.

32.4 Risco operacional

Decorre de todas as operações da Companhia podendo gerar prejuízos diretos ou indiretos associados a uma variedade de causas relacionadas a processos, pessoal, tecnologia, infraestrutura e de fatores externos.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos e danos à reputação, além de buscar eficácia de custos.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implantação de controles para riscos operacionais é exercida por uma área centralizada de Controles Internos sob a gestão da alta administração.

32.5 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital, são de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Administração da Companhia acompanha a relação entre capital próprio (patrimônio líquido) e capital de terceiros que a Companhia utiliza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio do capital, a Companhia monitora o cumprimento de índices financeiros em contratos de financiamentos e empréstimos.

A relação de capital próprio versus capital de terceiros, ao final de cada período, é apresentada a seguir:

Consolidado			
	Nota explicativa	dez/18	dez/17
Capital próprio		2.199.963	1.983.318
Patrimônio líquido	19	2.199.963	1.983.318
Capital de terceiros		1.994.495	1.760.470
Total do passivo circulante e não circulante		2.708.228	2.625.838
Caixa e equivalentes de caixa	3	(713.733)	(865.368)
Relação capital próprio versus capital de terceiros		1,10	1,13

32.6 Valor justo

Pressupõe-se que os saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (redução ao valor recuperável) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos.

Todos os instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado (nota 31) e o valor justo dos empréstimos e financiamentos divulgado na nota 15, são calculados mediante o desconto dos fluxos de caixas contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que estão disponíveis para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

As técnicas de avaliação utilizadas pela Companhia são classificadas como Nível 2 da hierarquia do valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (nível 2) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde estão disponíveis com o menor uso possível de estimativas específicas da Companhia.

33. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 31 de janeiro de 2019, tendo em vista as projeções de câmbio frente ao orçamento da Companhia e cenário político/econômico, a controladora liquidou antecipadamente a totalidade de seus instrumentos derivativos que estavam em aberto em 31 de dezembro de 2018, obtendo na liquidação antecipada o recebimento de ajustes líquidos de R\$20.466. A partir de fevereiro de 2019, a controladora passou a recompor a carteira de derivativos em patamares mais próximos as projeções de câmbio do Relatório de Mercado da Focus para o ano de 2019.

Em 05 de fevereiro de 2019 a controlada Tupy Agroenergética Ltda recebeu de Irineu Imóveis Ltda o montante de R\$5.000 referente a parte do pagamento pela venda de terreno objeto de parceria para desenvolvimento de loteamento, conforme contrato de promessa de compra e venda realizado entre as partes.

Em 14 de março de 2019 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$100.000, com pagamento programado para 28 de março de 2019.

* * *